REINVENTAR CIDADES EM CRISE

As ações da **Articulação Recife de Luta** na pandemia

março | 2021

REINVENTAR CIDADES EM CRISE

As ações da **Articulação Recife de Luta** na pandemia

março | 2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Reinventar cidades em crise : as ações da articulação Recife de luta na pandemia / organização Fase Pernambuco , Fundação Rosa Luxemburgo. -- 1. ed. -- Recife, PE : FASE : Articulação Recife de Luta, 2021.

ISBN 978-65-87197-04-3

1. Ciências sociais 2. COVID-19 - Pandemia 3. Política urbana 4. Recife (PE) - Municípios I. Fase Pernambuco. II. Fundação Rosa Luxemburgo.

21-63513 CDD-300

Índices para catálogo sistemático:

1. Ciências sociais 300

Aline Graziele Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

REINVENTAR CIDADES EM CRISE

As ações da **Articulação Recife de Luta** na pandemia

março | 2021

FASE

ARTICULAÇÃO RECIFE DE LUTA

FUNDAÇÃO ROSA LUXEMBURGO

índice

6 **Introdução**
Um convite urgente à ousadia, à imaginação e à ação política

8 **"Tem gente com fome" e "Quem tem Fome, Tem Pressa":** *mover a locomotiva da História pelos caminhos de solidariedade em tempos de desesperança.* Por Fase

13 **A solidariedade é um convite à ação política:** *a Articulação Recife de Luta e o Plano de Emergência para Prevenção do COVD-19 nas Periferias.* Por Fase

18 **Um pé nas instituições, milhares nos territórios:** *Incidência Institucional da Articulação Recife de Luta junto à Defensoria e órgãos de Defesa de Direitos.* Por Centro Dom Helder de Estudos e Ação Social (CENDHEC) e Habitat para a Humanidade Brasil

24 **Quando o "ninguém solta a mão de ninguém" se encontra com "Nós por Nós":** *o Observatório Popular de Direitos Humanos de Pernambuco (OPDH).* Por Centro Dom Helder de Estudos e Ação Social (CENDHEC)

30 **Monitoramento da ação do poder público no combate à pandemia** *para comunidades e população em situação de rua na RMR.* Por Habitat Para a Humanidade Brasil

36 **Vozes-mulheres:** *falas, atos e propostas para um Recife de Luta.* Por Fase

42 **Conclusão**
Transformar luto em luta e reorganizar a esperança

Anexos

45 *Monitoramento do fornecimento de água (COMPESA) na cidade do Recife*

53 *Resumo da avaliação dos dados de monitoramento do transporte público.* Por Diogo Galvão

61 *Propostas: Plano de emergência para prevenção do COVID-19 nas Periferias do Recife*

64 *Cartilha: Plataforma de propostas para um Recife de Luta*

/INTRODUÇÃO/

Um convite urgente à ousadia, à imaginação e à ação política

Parece muita ousadia falar em *reinvenção das cidades,* algo despropositado em um contexto de tantas perdas, de tanta dor, de pandemia e pandemônio. Mas não foi justamente a isso que fomos todas(os) nós convocadas(os)? Sobreviver à pandemia na capital mais desigual do país exigiu e ainda exige muita imaginação política e resistência. Da devastação dos empregos perdidos, dos desafios do isolamento social, da falta d'água na torneira até pegar o busão lotado. Tudo exigiu de nós que não naturalizássemos a catástrofe, que encontrássemos meios de enfrentar coletivamente uma questão que era e continua sendo de saúde pública e de tantos outros direitos sociais ameaçados ou não garantidos.

A publicação que se segue tenta dar conta de algumas iniciativas criadas no âmbito da Articulação Recife de Luta (ARL), na tentativa de fortalecer os territórios populares e exigir respostas institucionais às questões evidenciadas pela pandemia. Essas iniciativas, ao contrário de representarem processos fechados, abriram caminhos para questionar escolhas políticas e desenhar novos arranjos sociais para um Recife com mais justiça social e solidariedade. Recife só não, uma das questões que envolveram esse momento foi a possibilidade de que a ARL expandisse

seu raio de atuação para outros municípios da Região Metropolitana, como Olinda, Jaboatão dos Guararapes e Paulista.

Além de compartilhar um relato breve das experiências, essa publicação pretende trazer alguns dos materiais produzidos durante esse ano intenso de mobilizações, no qual foi necessário repensar as bases da cidade, mas também das nossas práticas políticas. Se o mundo não será o mesmo após a pandemia, que as cidades também não sejam. O que será ainda está em disputa. Esperamos que com essa contribuição possamos inspirar novas utopias urbanas a partir de ações concretas, mesmo que até então não tenhamos sido capazes de vivienciá-las por completo.

Aproveitamos para agradecer às organizações, movimentos sociais, coletivos, mandatos populares, pesquisadores, ativistas populares urbanos nos territórios de resistência e nas redes, fóruns e articulações do Recife em luta pelo compartilhamento de tantas reinvenções e aprendizados. Estendemos nossos agradecimentos à Fundação Rosa Luxemburgo que, por meio da FASE Pernambuco nos dá mais essa oportunidade de sistematização e difusão de nossas lutas e utopias.

“Tem gente com fome” e “Quem tem Fome, Tem Pressa”: *mover a locomotiva da História pelos caminhos de solidariedade em tempos de desesperança.*

por FASE Pernambuco

A locomotiva da História parece não ter superado a paisagem da fome, que reaparece com a passagem por novas e velhas estações. Solano Trindade usou o som do Trem, para falar da questão, mostrando que a repetição do “Tem Gente com Fome/Tem Gente com Fome/Tem Gente com Fome” a todo vapor representava bem o ritmo da desigualdade.

Tantas caras tristes/
Querendo chegar em algum destino
Em algum lugar/
Sai das estações
Quando vai parando (o Trem)
começa a dizer
Se tem gente com fome, dá de comer
Se tem gente com fome, dá de comer
Se tem gente com fome, dá de comer
Se tem gente com fome, dá de comer
Mas o trem irá todo autoritário /
Quando trem parar

(«Tem Gente com Fome», Solano Trindade)

A fome é paisagem porque nos molda a experiência sentida, tem sua própria geografia, como bem contou Josué de Castro. Carolina de Jesus, que nas suas escrevivências, definiu a fome como uma nova forma de escravatura, e fez, a sua medida, sua caminhada de libertação. E, assim como ela, milhões de mulheres negras nas periferias podem falar de memórias e encontros com a experiência famélica de vida. A fome já deveria ter sido superada, mas no país em que o agro(negócio) é pop, o povo é pobre e continua passando fome. A fome, a questão da moradia, as violências como constitutivas de corpos e territórios.

Na capital da desigualdade no Brasil, a fome se faz bem presente. A cidade, marcada por processos intensos de resistência, de disputa da terra e das águas, já foi a noiva da revolução e hoje tenta ser transformada na Miami Beach

do Brasil. Essas disputas vão moldando o Recife onde vivemos. Em meio a uma pandemia, que reorganizou o cotidiano de toda a humanidade e deixou exposto que as condições de enfrenta-la eram totalmente diferentes a depender do seu CEP condição de classe, raça e gênero, nos foi exigido o exercício da imaginação política.

Floresceram várias iniciativas importantes, como a da Livroteca Brincante do Pina e Coletivo Pão e Tinta, a articulações de coletivos na campanha Ibura Sem Fome, um novo desafio de luta para o coletivo Caranguejo Tabaiares Resiste, a atuação da Rede Coppa, as ações de instalação de pias organizadas pela Habitat para a Humanidade Brasil, a assistência às trabalhadoras(es) ambulantes por parte do SINTRACI, o apoio do Liberta Elas às mulheres privadas de sua liberdade, Fórum de Mulheres de Pernambuco e tantas outras importantes experiências. A Fase Pernambuco foi uma das primeiras organizações a assumir a linha de frente

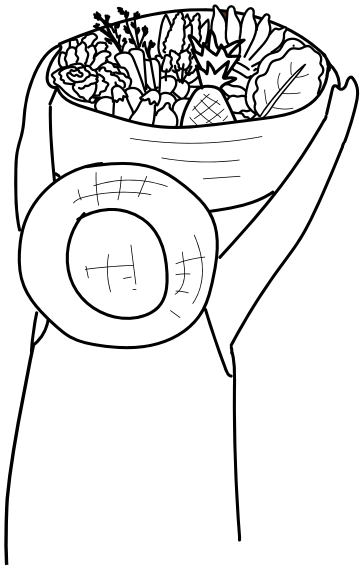
«Em meio a uma pandemia, que reorganizou o cotidiano de toda a humanidade e deixou exposto que as condições de enfrenta-la eram totalmente diferentes a depender do seu CEP, condição de classe, raça e gênero »

no combate à pandemia, distribuindo kit de higiene nas ocupações urbanas e seguiu propondo novas metodologias solidárias, como a articulação entre produtores agroecológicos e as ocupações com distribuição de cestas de orgânicos e a criação da campanha "Quem tem fome, tem pressa" da Articulação Recife de Luta. É dessa última iniciativa que vamos falar um pouco mais, porque o "dar de comer" se constrói com solidariedade e

articulação.

A Articulação Recife de Luta, criada em 2018 para incidir sobre o processo do Plano Diretor, foi progressivamente se enraizando nos territórios e diante da pandemia, se viu desafiada a responder a essa dimensão da política encarnada da cidade, conciliando as dimensões da organização política, mobilização, comunicação e incidência.

Partindo de um mapeamento de territórios, se pensou a primeira etapa da campanha. Ou seja, foram identificados 8 territórios, acompanhados por mais de 10 organizações e movimentos. Atingida a meta inicial, além de se abrir para uma segunda etapa com mais 14 comunidades e agregando diversas organizações nessa rede de solidariedade, alavancou processos de debate político e de pressão organizada na gestão municipal, pautando medidas emergenciais para as populações mais vulneráveis no contexto da pandemia.



Isto, porque, como foi provado por estudo realizado pelo Departamento de Geografia da UFPE, a pandemia do coronavírus, assim como a cidade, não é democrática. Ela mata na periferia o dobro do que mata em outras áreas. Foram importantes os resultados dessas incidências e falaremos dele nos próximos artigos.

Mas é fundamental que se diga, mais importante do que ter conseguido arrecadar um total arrecadado, até o momento, de R$ 154.0333,20 graças a 1139 apoiadores e chegado a mais de 1500 famílias de 33 comunidades da Região

1 | Link da vakinha:

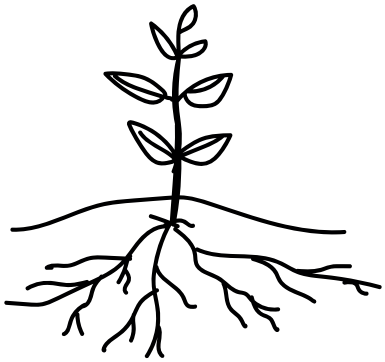
https://www.vakinha.com.br/vaquinha/covid-19-kits-emergencia-para-familias-nas-periferias-do-recife

Metropolitana do Recife[1], existem outros saldos que merecem ser destacados.

Por exemplo, aumentou expressivamente a amplitude da Articulação Recife de Luta, agregando novos territórios e organizações, ganhando escala metropolitana (já que atendeu a comunidades de Jaboatão, Olinda e Paulista) e criou vínculos orgânicos de construção (como veremos nos relatos das demais iniciativas da Articulação).

Além disso, enfrentou o cenário de profunda crise vivenciada pelas famílias que não encontraram amparo imediato por parte dos Governos e manteve organizações mobilizadas num contexto de isolamento social. Principalmente, quando esteve em pauta também a questão da segurança e soberania alimentar, o fortalecimento da economia local e a referência das mulheres negras e da juventude periférica nos territórios.

Mostrar, pela afirmativa da solidariedade, que nossa disposição para a construção de um Recife de Luta levará a locomotiva da História para outros destinos, para a criação de um território de justiça socioambiental, de fortalecimento dos saberes tradicionais, mas também de geração de novas arquiteturas sociais, de uma economia política da cidade socializante de todos os bônus, potencializadora dos sentidos comunais. Estarão no comando dessa locomotiva, aquelas e aqueles que nela nunca tiveram assento e que, por sua luta, definirão novos rumos e ninguém ficará para trás. ■



A solidariedade é um convite à ação política: *a Articulação Recife de Luta e o Plano de Emergência para Prevenção do COVD-19 nas Periferias*

por FASE Pernambuco

Fomentar solidariedade em contextos de crise é fundamental. Tão ou mais importante que isso é converter o sentimento e práticas de solidariedade em organização e incidência política. Essa foi a tarefa tomada pela Articulação Recife de Luta a partir da Campanha "Quem Tem Fome Tem Pressa" e do questionamento de como avançar para além de ações de fortalecimento das famílias com cestas básicas.

Isso porque foi extremamente importante conseguir mobilizar apoio a 35 comunidades, de 5 municípios da Região Metropolitana do Recife, atendendo a 1.500 famílias. O que, em primeiro lugar, propiciou a integração de novas entidades e territórios à Articulação. A atuação da Articulação também já vinha se constituindo no sentido de exigir dos Poderes Públicos medidas para a garantia da quarentena digna, como, por exemplo, o acesso universal à água, sendo esse um serviço racionado em grande parte das periferias da Região Metropolitana do Recife[1].

Foi a partir disso que se buscou criar um espaço de debate político entre esses atores e se construiu isso em forma de seminário em 2 momentos. Um realizado no dia 06/05 e outra no dia 21/05, que tinham em um primeiro momento o objetivo de discutir a questão da água e da infraestrutura nos territórios periféricos, mas os diálogos propiciaram outro nível de incidência e proposição. Isso pode ser atestado na amplitude das organizações e territórios que participaram dos

1 | *https://recifedeluta.org/2020/03/19/as-periferias-tem-o-direito-de-se-proteger-do-coronavirus-o-estado-deve-tomar-medidas-urgentes-para-garantir-agua-para-todos/*

momentos propostos, das quais destacamos o Centro Comunitário Mario de Andrade (Ibura, Recife), Associação de Moradores de 3 Carneiros (Recife), Ibura Mais Cultura (27 de Novembro, Recife), Coletivos Populares de Paulista – COPPA (Tururu, Paulista), Espaço Mulher de Passarinho (Recife), Ocupação Nova Caxangá - Movimento Urbano dos Trabalhadores Sem-Teto (MUST) (Recife), Cooperativa Ecovida Palha de Arroz (Arruda, Recife), Associação de Moradores da Mustardinha (Recife), MTST - Aliança com Cristo, Fazendinha (Recife) e Cuca Legal (Olinda), Grupo Mulher Maravilha (Nova Descoberta, Recife), CEPAS - Vila Santa Luzia, Rede Coque (R)Existe (Coque, Recife), Rede de Mulheres Negras, Coletivo Caranguejo Tabaiares Resiste (Recife), Somos Todos Muribeca (Jaboatão), Livroteca Brincante do Pina (Bode, Recife), Pastoral do Povo de Rua, Habitat Para a Humanidade Brasil, FASE, CENDHEC, Adolescer (Santo Amaro e Vila Santa Luzia, Recife), Centro Popular de Direitos Humanos – CPDH, Cooperativa Arquitetura, Urbanismo e Sociedade – CAUS, Núcleo de Assessoria Jurídica Popular - NAJUP /UFPE, Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico

DOS ENCONTROS EM QUESTÃO SURGIU UM CONJUNTO DE ACÚMULOS E CONTRIBUIÇÕES, DOS QUAIS RESSALTAMOS 4 IMPORTANTES RESULTADOS:

1. A construção de um Plano de Emergência para Prevenção do COVD-19 nas Periferias, envolvendo medidas voltadas para População em situação de rua, População Encarcerada, Imigrantes, Mulheres vítimas de violência, Pessoas que moram em situação de risco, Comunidades, Medidas estruturais: *https://recifedeluta.org/2020/05/20/propostas-urgentes-para-prevencao-do-covid-19-nas-periferias/*

2. O intercâmbio de experiências de enfrentamento à pandemia

nos territórios populares, que incluíram o monitoramento popular dos casos nas comunidades, as ações de solidariedade, ações de comunicação e informação, medidas reivindicatórias, etc.

3. A proposta de construção do Observatório Popular de Direitos Humanos, responsável por receber e encaminhar denúncias de violações no período de pandemia: https://observatoriodhpe.wordpress.com/

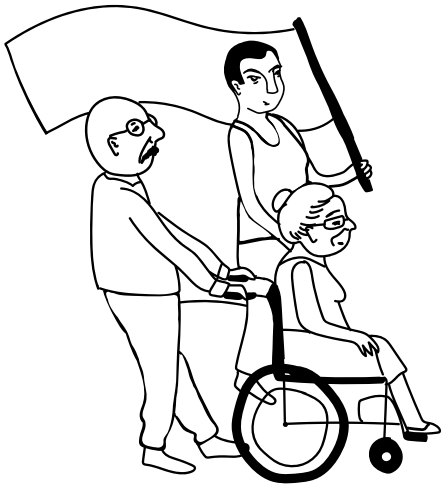
4. Realização de reuniões e audiências com Defensoria Pública e Ministério Público para encaminhamento das demandas.

– IBDU, Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas, dentre outras.

O processo também contribuiu para que muitas representações populares presentes pudessem ter acesso às novas ferramentas digitais, que foram fundamentais para a construção política em tempos de pandemia e isolamento social.

É importante reforçar que do ponto de vista da construção e renovação de uma agenda política, houve de forma evidente o cruzamento dos aspectos tradicionais do debate da reforma urbana e a agenda do direito à cidade com outros atores e sujeitos que até então não estavam tão presentes nas articulações locais, como a população encarcerada e a população em situação de rua. As questões de gênero e raça também ganharam um assento maior nos processos, trazidos, por exemplo, a partir das questões do acesso à água.

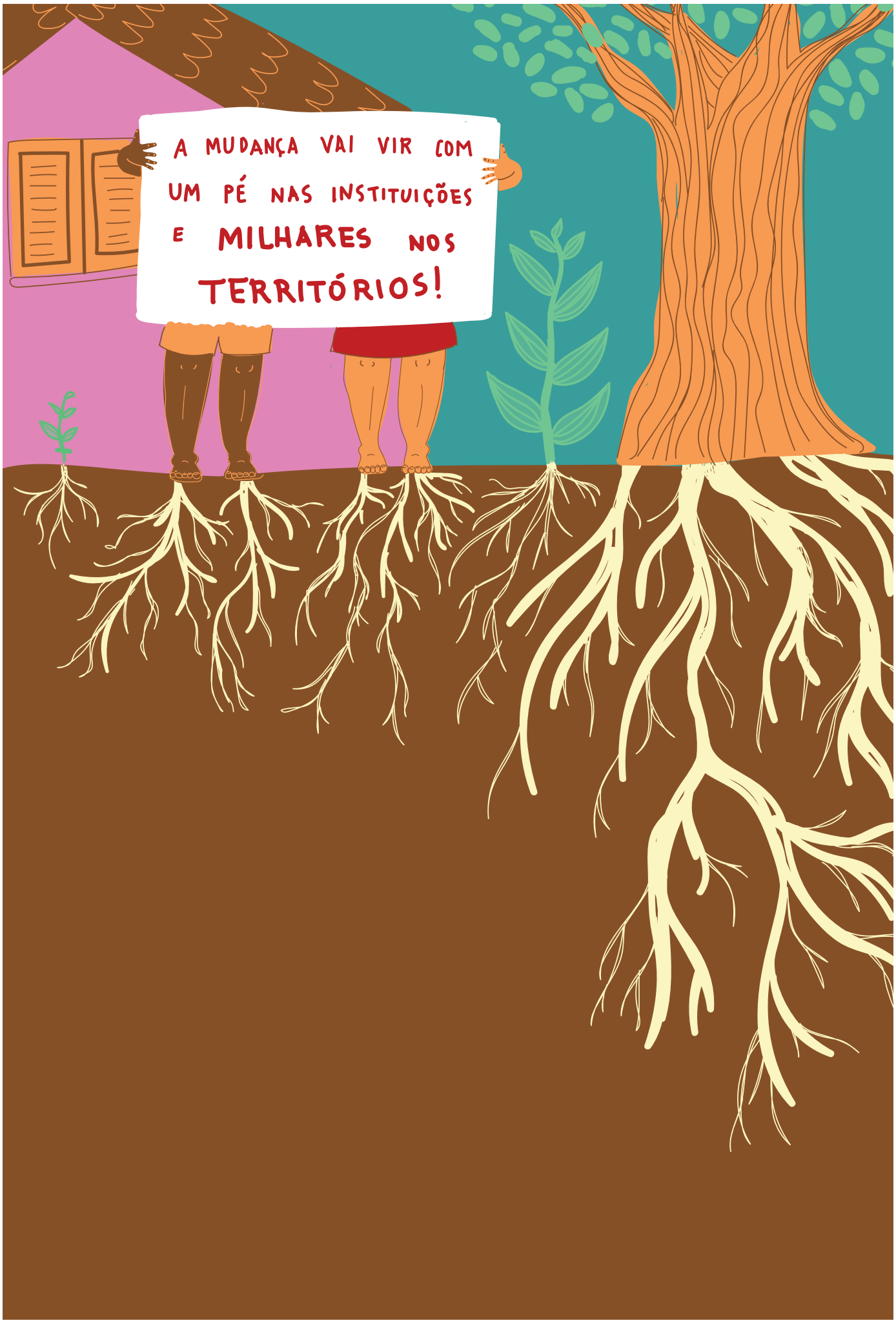
O universo de propostas ofereceu



uma grande diversidade também no que diz respeito a direitos exigidos e demandas postas, como a ampliação dos restaurantes populares e do consultório de rua; o atendimento psicossocial às mulheres vítimas de violência; a garantia de abrigamento para elas, para populações em situação de risco e de rua; campanhas de combate à violência contra as mulheres, crianças e idosos; ações de comunicação e informação nas comunidades; a produção de dados desagregados por raça e gênero; mas também demanda uma política urgente de saneamento e de moradia, incluindo melhorias habitacionais e utilização de imóveis vagos no centro.

Habitação, assistência, saúde, comunicação, alimentação, várias frentes de ação, conformando urgências para uma cidade em flagrante crise. Demandas frutos da construção de sujeitos que lidam diretamente com a realidade das desigualdades e vulnerabilidades urbanas.

Como veremos adiante, esse foi mais um momento de acúmulos, que se desdobrou em necessárias ações de organização, comunicação, mobilização e incidência, junto à sociedade, mas também em relação a instituições como a Defensoria e o Ministério Público. A solidariedade trouxe aprendizados e possibilidades que foram muito além de colocar comida na mesa, alimentou a luta e esperança em mudanças mais profundas e duradouras. ■


A MUDANÇA VAI VIR COM UM PÉ NAS INSTITUIÇÕES E MILHARES NOS TERRITÓRIOS!

Um pé nas instituições, milhares nos territórios: *Incidência Institucional da Articulação Recife de Luta junto à Defensoria e órgãos de Defesa de Direitos*

por Centro Dom Helder Câmara de Estudos e Ação Social (CENDHEC) e Habitat Para a Humanidade

Ideias não surgem no mundo para serem apenas ditas ou para constar em documentos, é necessário ação política para defendê-las. Foi movidas(os) por esse sentimento que a Articulação Recife de Luta buscou tirar do papel o Plano de Ações Concretas para a Prevenção do Covid-19 nas periferias. Por meio de articulações previamente estabelecidas, e nesse contexto fortalecidas, que a ARL buscou seguir. Trataremos aqui da relação que se constituiu com a Defensoria Pública de Pernambuco e outros atores institucionais.

Temos, por exemplo, o fato de, a partir de 2017, o CENDHEC, membro da coordenação da Articulação, ter reforçado a perspectiva de Diálogo Institucional junto à Defensoria Pública do Estado de Pernambuco – DPPE, com especial atenção para que o acompanhamento das Ações Judiciais pelo direito à moradia, judicializadas nas referidas Comunidades e Territórios, fosse agora promovida pela DPPE, através de seu Núcleo de Habitação e Moradia.

Reforçar os laços entre atores públicos institucionais estratégicos e as Comunidades e Territórios assumia locus de centralidade para a Sociedade Civil Organizada no contexto do Golpe de 2015, marcado pela desdemocratização neoliberal, a exemplo dos demais direitos sociais, também o direito à cidade e a agenda de reforma urbana passa a sentir a desconstrução do modelo de gestão franqueada pelo Golpe. Sob a caneta de Temer é aprovada a Lei 13.465 que, dentre outros descaminhos, culminava a desconstrução do marco progressista da Regularização Fundiária.

Em que pese a acentuação da crise

democrática e de uma necropolítica num cenário de um Executivo Federal autoritário e com recortes de neofascismo, não poderia antever a Pandemia do Covid-19 e escalada sem precedentes das desigualdades demarcadas histórica e socialmente no Brasil. Isto numa Região Metropolitana de Recife que detém o maior Índice de Vulnerabilidade Social - IVS (0,331) dentre as RMR's analisadas em estudo de abril de 2020 do IPEA[1], o índice está diretamente relacionado a probabilidade de contágio. Dentre as duas cidades mais desiguais de todo o país[2], Recife acentua seu déficit habitacional de aproximadamente 300.000 pessoas.

Durante a pandemia, no ano de 2020, 320 famílias em Pernambuco foram despejadas e 2.293 famílias seguem ameaçadas de remoção[3]. Neste sentido, e desde dos instrumentos de incidência que se viam construindo desde 2017, em junho de 2020, uma atuação em rede realizada

«Durante a pandemia, no ano de 2020, 320 famílias em Pernambuco foram despejadas e 2.293 famílias seguem ameaçadas de remoção.»

pela Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares, Defensoria Pública do Estado de Pernambuco e Tribunal de Justiça de Pernambuco, originou a Recomendação Conjunta nº 2 de 2020, que orienta aos Magistrados pernambucanos pela não realização de reintegrações e despejos durante a pandemia, uma das únicas do Brasil até a edição da recente Recomendação do dia 23 de fevereiro de 2021, em que CNJ orienta ao Poder Judiciário a suspensão de atos de despejos e remoções coletivas durante a pandemia da COVID-19, devendo-se ter em conta o

---

1 | *Nota Técnica IPEA nº 15. Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais – DIRUR. Apontamentos sobre a dimensão territorial da pandemia da Covid-19 e os fatores que contribuem para aumentar a vulnerabilidade socioespacial nas unidades de desenvolvimento humano de áreas metropolitanas brasileiras. Abril de 2020.*

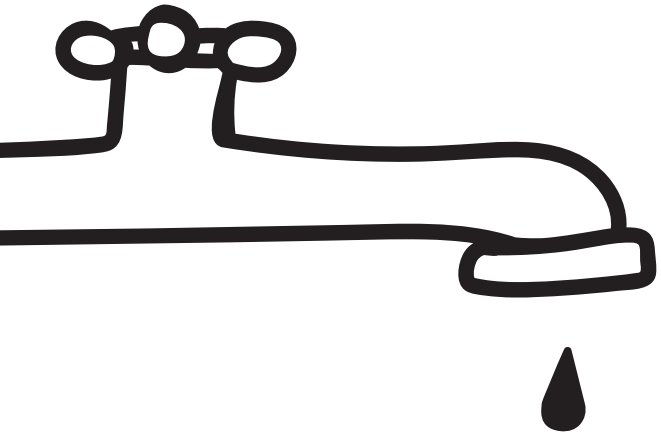
2 | *Disponível em: https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2020/07/07/desigualdade-social-faz-com-que-o-recife-tenha-um-dos-maiores-indices-de-mortes-por-coronavirus-diz-estudo.ghtml. Julho de 2020.*

3 | *https://www.campanhadespejozero.org/*

grau de vulnerabilidade das comunidades.

Outras pautas tiveram encaminhamentos dados, como o ajuizamento de ações sobre medidas relativas à população em situação de rua, sobre o abastecimento de água. O acesso à informação também foi uma ferramenta importante, devido aos diversos pedidos de informação realizados pela DPPE, como, por exemplo, sobre as medidas tomadas pelo Consórcio Grande Recife e as empresas de ônibus durante a pandemia.

Acesso à informação que, diga-se de passagem, foi um grande desafio da pandemia. Até porque muitos procedimentos foram criados e outros dados não era gerados, por falta de interesse dos atores estatais e do mercado. Foi nesse sentido que se deu a elaboração de levantamentos relativos à situação da água e do transporte público, dois fatores fundamentais de prevenção da pandemia. De um lado, a necessidade de higienizar as mãos, as feiras, lavar as roupas em um contexto em que o racionamento de água na Região Metropolitana do Recife foi exposto como chaga histórica dos territórios populares. Por outro lado, uma verdadeira cruzada de trabalhadoras(es) e usuárias(os) para sobreviverem ao serviço. Da luta para a implementação de



medidas de higienização, disponibilização da frota, contra a dupla função exercida por motoristas até chegar ao aumento das passagens, vários foram os momentos em que se deslocar na cidade foi se expor à violência e aos desmandos praticados pelos empresários de ônibus.

Para mensurar o descaso relativo à questão da água nas comunidades, houve o engajamento das representações dos territórios, que receberam os calendários para monitorar a chegada da água nas seguintes áreas: Nova Descoberta, Caranguejo Tabaiares, Muribeca, Córrego do Euclides, Mustardinha, Ibura, Passarinho. Esse trabalho rendeu resultados semanais e uma análise mensal, ao fim de julho de 2020.

A pesquisa sobre o transporte público também contou com o apoio de lideranças territoriais e buscou construir uma metodologia adequada para o acompanhamento de algo tão complexo como o fluxo de passageiras(os) nos ônibus. Os resultados desse levantamento ainda se encontram em análise, embora o que já fora trabalhado consta dessa publicação. A ideia é que a parceria entre UFPE e Articulação renda aprofundamentos em relação a pesquisas com esse tema. Também ainda há a expectativa de que haja uma ação da DPPE em relação ao transporte público.

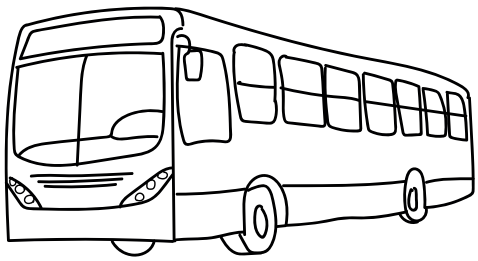
Houve também um pedido de informação sobre o acesso às cestas básicas (quantidade distribuída, critérios, fonte recursos) junto à Prefeitura do Recife. Em ano eleitoral e com uma gestão marcada por relações clientelistas, a preocupação quanto ao uso dessas cestas para fazer jogo político. O Conselho Municipal de Assistência Social respondeu a esse pedido de informação.

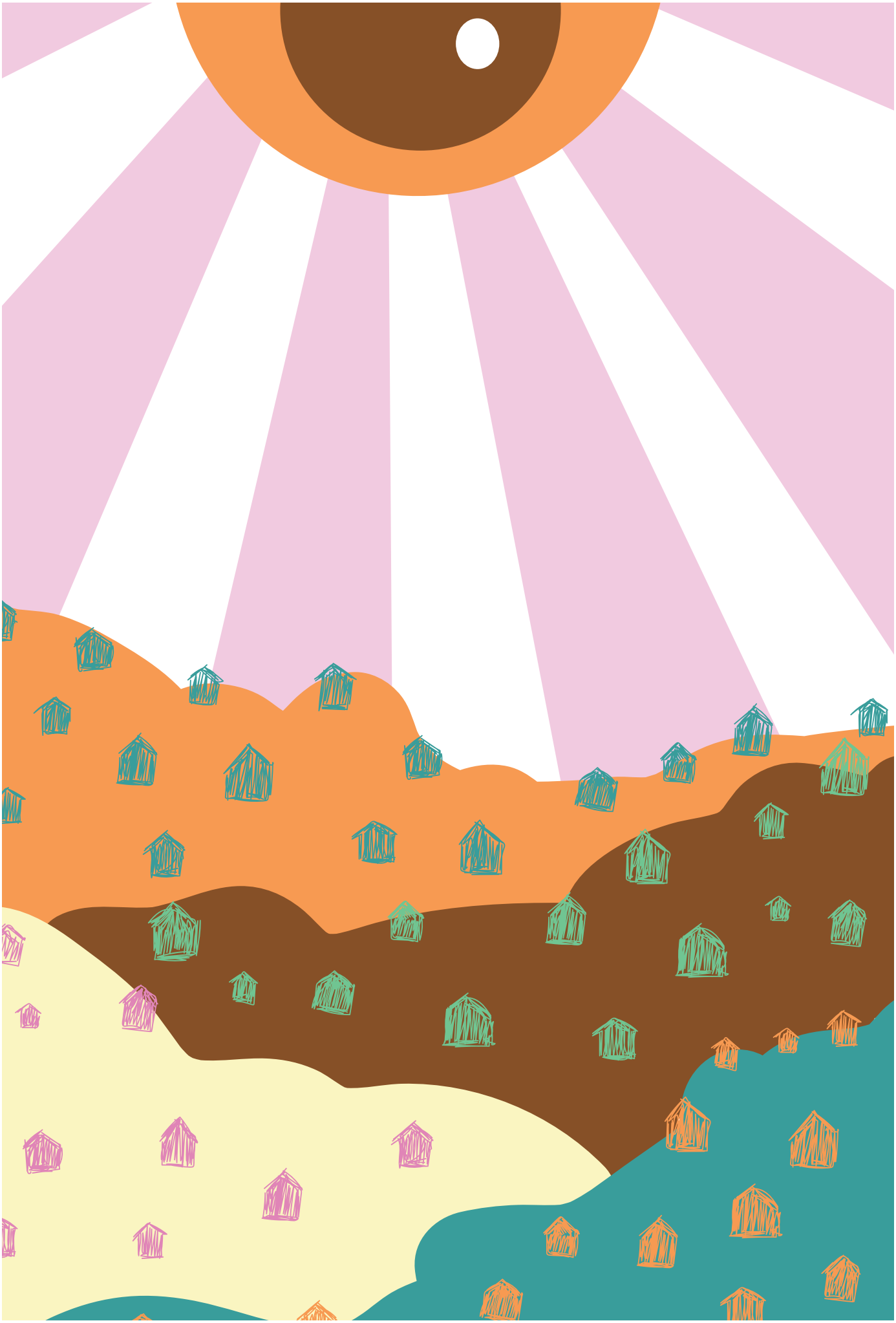
Em virtude das diversas barreiras encontradas no contexto do Judiciário e Executivo pernambucanos, tivemos importantes pontes, mas uma resolutividade relativa das questões.

Mas não deixa de ser importante frisar também a recomendação conjunta do Ministério Público e a Defensoria Pública, sobre a divulgação de boletins epidemiológicos com dados relativos à raça/cor.

Podemos dizer que do processo de várias reuniões e lives realizadas, o diálogo no monitoramento, avaliação e proposição de ações do Poder Público, os estudos e levantamentos produzidos, o principal legado foi uma interação de apoio mútuo com uma perspectiva de continuidade e de amadurecimento de metodologias que possibilitem qualificar a sociedade para a construção da incidência política e controle social.

Em tempos em que as instituições foram capturadas por uma lógica antidemocrática, importante reconhecer também que esse processo é histórico e que essa dinâmica está em disputa. Ela vai ser mudada pelo fortalecimento das organizações da sociedade civil e pela aliança de profissionais comprometidas(os) com a defesa de direitos. Para construir agenda política para essas instituições é preciso ter definições estratégicas e organização política e é nessa direção que nós queremos avançar. Parafraseando um dos slogans utilizados pela nova esquerda no mundo, é acreditar que a mudança vai vir com um pé nas instituições e milhares nos territórios. ■





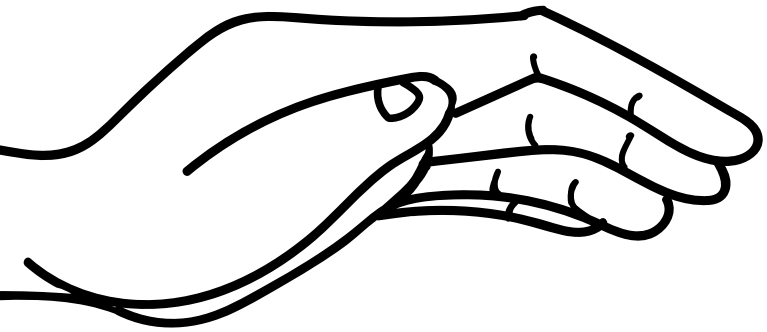
Quando o "ninguém solta a mão de ninguém" se encontra com "Nós por Nós": *o Observatório Popular de Direitos Humanos de Pernambuco (OPDH)*

por Centro Dom Helder Câmara de Estudos e Ação Social (CENDHEC)

Diante da adoção de medidas rígidas de distanciamento social e da instituição da quarentena no estado do Pernambuco através do Decreto nº 49.017, de 11 de maio de 2020[1], em particular em 5 municípios da Região Metropolitana do Recife, visando a redução do ritmo de crescimento de casos de COVID-19 e a preparação do sistema de saúde para o atendimento adequado e com qualidade às pessoas acometidas pela doença, as entidades, organizações e movimentos sociais signatários deste documento, se uniram para instituir o Observatório Popular de Direitos Humanos (OPDH), com atuação permanente, tendo como objetivo a proteção e defesa das liberdades fundamentais e direitos humanos, em especial do direito à saúde, com fins de monitorar e acompanhar o impacto da crise em populações e grupos em situação de vulnerabilidade, de expressividade negra e pobre, no contexto da crise de pandemia do Coronavírus 19 (COVID-19) no Estado de Pernambuco, assegurada a razoabilidade, proporcionalidade e temporalidade das medidas restritivas editadas no período.

Buscando criar uma metodologia de monitoramento da situação dos direitos humanos no contexto da pandemia, o OPDH aparece como uma demanda das comunidades e territórios e dos grupos em especial situação de vulnerabilidade como idosos, mulheres e meninas, população LGBTI, população encarcerada,

1 | *Disponível em: https://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?id=50444&tipo=*

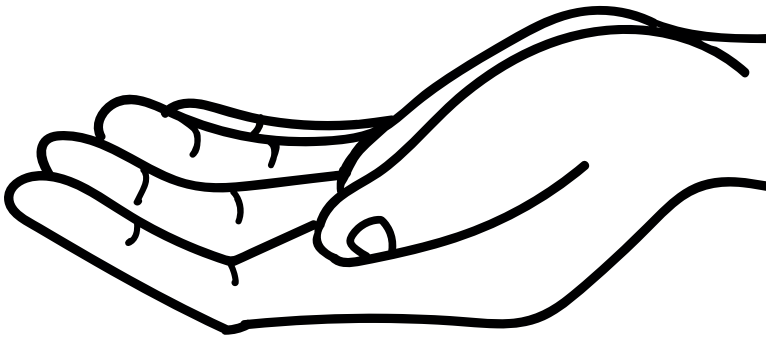


migrantes, população negra, quilombolas, índios e populações tradicionais, população em situação de rua, populações de assentamentos rurais ou urbanos, pessoas com Covid-19 e trabalhadores da saúde ou de serviços essenciais, sob o marco dos princípios da razoabilidade, proporcionalidade e temporalidade, da igualdade e não-discriminação, indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos, proibição do retrocesso, da igualdade de gênero, do direito integral à saúde, do acesso à informação e da segurança dos dados, da transparência e do direito à liberdade de expressão, da participação popular, respeito ao Estado Democrático de Direito.

Essa ação se constitui, assim, de forma independente no monitoramento das ações que possam impactar, limitar ou restringir direitos, com vistas à prevenção e repreensão das ações, aquiescências e omissões do Estado, ou seus de seus agentes, que impliquem em violações ao marco normativo nacional e internacional dos direitos humanos, denotando a relevância dos Direitos Humanos Sociais, Econômicos, Culturais e Ambientais – DHESCA. Essa amplitude permitiu agregar outras organizações que não compunham o espaço da Articulação Recife de Luta, como o Fórum Popular de Segurança Pública, Movimento PE de Paz, Renap, CIMI, Comissão de Direitos Humanos da OAB/PE, Conselho Regional de Psicologia, dentre outros atores.

Essa diversidade também resultou numa ampliação de temas, tendo como foco estabelecer atuação, especialmente, através da recepção de denúncias com foco nas de situação de risco para os direitos humanos como consequência da exposição ao COVID-19, bem como através de ação in loco para apurar violações de direitos humanos em todo o território do estado de Pernambuco, com a produção de relatórios para publicização e com recomendações ao poder público e demais atores envolvidos nos casos denunciados.

Concretamente, são recebidas por



Foram definidas algumas áreas para tipificação dos protocolos. Estas foram:

1. Migração e refúgio,
2. Racismo,
3. Direito à cidade,
4. Segurança Pública (socioeducativo e política de drogas),
5. População em situação de rua,
6. Direito das Mulheres/Direito de Família,
7. Acesso à info/controle social,
8. Ambiental/Indígena,
9. Criança e adolescente,
10. LGBTTI,
11. Acesso ao Legislativo e
12. Saúde Pública

e-mail ou via mensagem de whatsapp. São divididas entre denúncias individuais, individuais emblemáticas e coletivas. A prioridade de encaminhamento são para as emblemáticas e coletivas, embora tenha se buscado pensar encaminhamentos para as individuais. Montou-se um exemplo de protocolo de encaminhamentos possíveis para casos de violação da população LGBTTI. Preocupou-se também com a segurança das pessoas denunciantes, abrindo a possibilidade de que as pessoas mantivessem o sigilo no momento das denúncias. O fluxo pensado para as denúncias foi o seguinte:

Registro

⌄

Amplificação

⌄

Encaminhamento

⌄

Devolutiva

⌄

Sistematização

Do surgimento do Observatório até o final de 2020, além dos encaminhamentos

de casos individuais, ganharam relevância o acompanhamento de alguns casos.
A saber:

O CASO MIGUEL OTÁVIO

Caso da criança 5 anos morta num edifício de luxo do Recife, enquanto sua mãe trabalhava de doméstica em plena pandemia. O caso ganhou repercussão nacional e o OPDH deu visibilidade, participou da construção do ato #JustiçaPorMiguel e acompanha a mãe de Miguel, Mirtes, por meio de assessoria jurídica;

ALTO SANTA TEREZINHA

Caso de violência policial. O OPDH recebeu a denúncia, compilou dados, deu visibilidade e encaminhou ofícios para a PM e SDS. Após esses procedimentos, não se registraram novos casos e o território continua em monitoramento;

CASO ALEXANDRE DIAS BANDEIRA

O caso do trabalhador preso por um processo contra um homônimo seu em Mato Grosso. A escandalosa injustiça ganhou visibilidade na mídia por mobilização do Observatório, sendo ele solto e pedida revisão criminal e indenizatória;

SARA RODRIGUES E DÉBORA

Presas sob acusação de tráfico de drogas durante a pandemia, ambas mães. Sara estava grávida. O Observatório acompanhou o caso da delegacia, repercutiu uma campanha de mobilização e manteve assessorando durante o processo jurídico, do qual as duas respondem em liberdade;

FERVEDOURO

Conflito fundiário entre famílias agricultoras e Construtora. o OPDH é parte do GT da sociedade civil que está articulando alternativas para proteção dos moradores e também repercutiu o caso;

LISTA ANTIFA

Caso de dados pessoais vazados a

partir da elaboração de uma lista de ativistas rotulados como "antifas", numa atitude de intimidação e perseguição política. Em articulação com a Comissão de Participação Popular e Direitos Humanos/ALEPE, o OPDH se reuniu com representantes dos atingidos em PE para traçar estratégias e acompanha o caso;

CISAM

Atuação in loco no caso da menina de 10 anos, que precisou recorrer ao procedimento de interrupção de gravidez por ter sofrido estupro do tio. O OPDH participou também da construção de nota e articulação com a Frente Nacional pelo Aborto e com as JUNTAS (Codeputadas/PSOL) para representação;

INVASÃO POLICIAL NO BODE

O OPDH atuou em campo junto aos moradores e seguiu com as denúncias para a corregedoria;

PANKARARU

Articulação por meio do CIMI para enfrentar o caso de indígenas "marcados para morrer" em Brejo dos Padres/PE. O OPDH deu visibilidade ao caso;

OCUPAÇÃO RUA DA GLÓRIA

O OPDH prestou atendimento jurídico na hora da invasão policial e acompanhou os membros da ocupação levados à delegacia até sua liberação. Repassamos o inquérito pra mãe de um dos adolescentes e se manteve o diálogo com a DPPE;

Os esforços que tornaram possíveis a construção do OPDH como uma ferramenta de luta em tempos de pandemia mostram o quanto a tecitura de redes mais resistentes é possível e necessária. Quando uma política genocida está em curso e a solidariedade organizada é fator de vida ou morte, precisamos mostrar que mesmo que a conjuntura não nos permita segurar as mãos da(o) outra(o), que a solidariedade de classe se manifesta de formas renovadas.

Monitoramento da ação do poder público no combate à pandemia

para comunidades e população em situação de rua na RMR

por Habitat para a Humanidade Brasil

Entre maio e junho de 2020 a **Articulação Recife de Luta** participou de um monitoramento nacional da ação do poder público na prevenção da COVID-19 com grupos vulneráveis e comunidades, desenvolvido pela **Articulação por Direitos na Pandemia**.

O monitoramento foi desenvolvido com quase 200 comunidades ou grupos em 15 estados do país e tinha como objetivos principais expor a situação desses grupos e comunidades e subsidiar ações de incidência política pela proteção dos mesmos.

Foram abordados oito temas priorizados pela Articulação por Direitos na Pandemia no monitoramento: apoio humanitário, acesso à informação, acesso à serviços públicos, moradia e abrigamento, transporte público, saúde e assistência social, militarização dos territórios e gênero e violência doméstica. Questões sobre esses temas foram respondidas por representantes de 23 comunidades da Região Metropolitana do Recife (17 em Recife, 3 3m Igarassu, 2 em Jaboatão e 1 em Olinda) e representantes de grupos ligados à população em situação de rua, entre maio e junho de 2020.

No que se refere ao apoio humanitário, seja a partir da distribuição de alimentos, seja por repasse de auxílio financeiro, as ações públicas foram insuficientes, em função do quadro devastador de empobrecimento da população, especialmente em função das restrições impostas pela pandemia. Tanto o governo do estado, quanto as prefeituras, priorizaram a distribuição de alimentos e auxílio financeiro à famílias com crianças e jovens matriculados nas escolas públicas. Isso como tentativa de compensar a falta da merenda escolar na vida dessas pessoas. Contudo, essas ações foram questionadas pelas comunidades por sua descontinuidade, quantidade e qualidade dos alimentos e pelo valor reduzido do auxílio financeiro repassado pelo governo

do estado. Outras formas de distribuição de cestas básicas pelos governos foram pouco reconhecidas pelas comunidades escutadas. Mesmo as que reconheceram, foi relata uma falta de transparência nos critérios de distribuição.

As comunidades também responderam quanto ao acesso ao auxilio emergencial repassado pelo governo federal e já naquele momento inicial do repasse desse benefício, quando ainda existiam vários problemas no acesso, pode-se observar nas respostas que em termos de abrangência, era o apoio que estava chegando a um maior número de pessoas. Os relatos sobre os problemas no acesso ao auxilio emergencial apontaram a falta de apoio para se cadastrar no programa e as dificuldades de acessar a internet como os principais problemas.

O acesso à informação mais especifica para a prevenção da COVID-19 nas comunidades foi uma das importantes lacunas da ação pública. Não considerar as condições especificas desses territórios, muitas vezes precárias, e trazer informação próxima das pessoas e em linguagem acessível foi sentida pela maioria das pessoas entrevistadas. Também se perguntou sobre as condições de acesso à internet e a maioria afirmou que havia acesso, porém restrito. Isso repercutiu especialmente na vida de crianças e jovens que tiveram seu direito à educação afetado durante a pandemia, seja por essas dificuldades com a internet, seja pelo falta de equipamentos eletrônicos que possibilitassem o acesso à aulas remotas.

O acesso restrito à água foi o principal problema apontado pelas comunidades

«Os relatos sobre os problemas no acesso ao auxilio emergencial apontaram a falta de apoio para se cadastrar no programa e as dificuldades de acessar a internet como os principais problemas.»

durante a pandemia. O que já era precário, conseguiu ficar pior e medidas complementares não foram tomadas pelo governo do estado para possibilitar a devida higienização das pessoas, tão necessária para a não contaminação por

COVID-19. A água continuou chegando às torneiras apenas algumas vezes na semana para a maioria das comunidades escutadas. Muitas vezes os horários de chegada da água e a irregularidade no abastecimento sacrificavam ainda mais a vida dos moradores das comunidades, em especial das mulheres.

Em relação à garantia de condições mínimas de isolamento, se buscou saber se os governos promoveram ações especificas de melhorias habitacionais, auxílio moradia e abrigamento provisório para moradores das comunidades. Nenhuma ação dessa natureza chegou às comunidades escutadas, o que certamente gerou dificuldades na prevenção da contaminação por COVID-19, considerando a precariedade das condições de moradia nas mesmas. Por outro lado, ameaças de despejo não foram cessadas durante a pandemia, pondo em xeque a possibilidade de ficar em casa de centenas de famílias. Em duas das comunidades escutadas, Vila Sena em Recife e Selma Bandeira em Jaboatão, a ameaça de despejo foi relatada.

Apesar das restrições de circulação no período em que o monitoramento foi aplicado, 80% das comunidades relataram superlotação nos transportes públicos. Isso sinaliza fortemente para uma redução significativa de frota de ônibus no período, o que expos a população que precisava se deslocar por esse meio a um risco ainda maior. As medidas de proteção aos passageiros e trabalhadores estabelecidas pelo Consórcio Grande Recife não foram cumpridas pelas empresas de ônibus e para mais de 60% das pessoas entrevistadas o transporte público piorou durante a pandemia.

Sobre os serviços de saúde e assistência social voltados para as comunidades, ficou evidente que houve um impacto

Apoio humanitário

Seja a partir da distribuição de alimentos, seja por repasse de auxílio financeiro, as ações públicas foram insuficientes.

Transporte público

Superlotação nos transportes públicos denotando uma diminuição da frota disponível.

Militarização dos territórios

As comunidades continuaram recebendo abordagens policiais violentas mesmo no período mais crítico da pandemia.

Saúde e assistência social

Há dificuldade de acesso aos testes para COVID e maior precarização do atendimento pela diminuição nos quadros de médicos locais.

na precarização ainda maior desses sérvios mais básicos, em função do deslocamento de profissionais para os hospitais que tratavam os infectados. Não ocorreram ações mais direcionadas de prevenção, detecção e isolamento das pessoas infectadas, o que pode ter contribuído com o grande volume de infectados e mortos nas comunidades da RMR. No período da aplicação do monitoramento, a dificuldade de acessar os testes foi um grande problema para moradores de comunidades. Mais de 80% dos entrevistados/as disseram que não contavam com testes para ninguém da comunidade.

Quanto à militarização dos territórios, cerca de 50% das comunidades afirmaram estar recebendo abordagens policiais, mesmo no período mais crítico da pandemia. Abordagens estas que ocorrem de forma violenta e expõem as pessoas a riscos adicionais, especialmente os jovens negros frequentemente alvos das operações policiais. Ainda sobre a violência, perguntou-se se estava existindo alguma campanha para prevenção da violência doméstica nas comunidades e a resposta unanime foi que não. Também não foi identificada instrumento ou estratégia de denuncia para os casos de violência pelas pessoas entrevistadas.

No caso da população em situação de rua, foi observado que houve uma

Gênero e violência doméstica

Não foram identificados novos instrumento ou estratégia de denúncia para combater o aumento nos casos de violência doméstica.

Acesso a informação

O acesso à informação mais especifica para a prevenção da COVID-19 nas comunidades foi uma das importantes lacunas da ação pública.

Acesso a serviços públicos

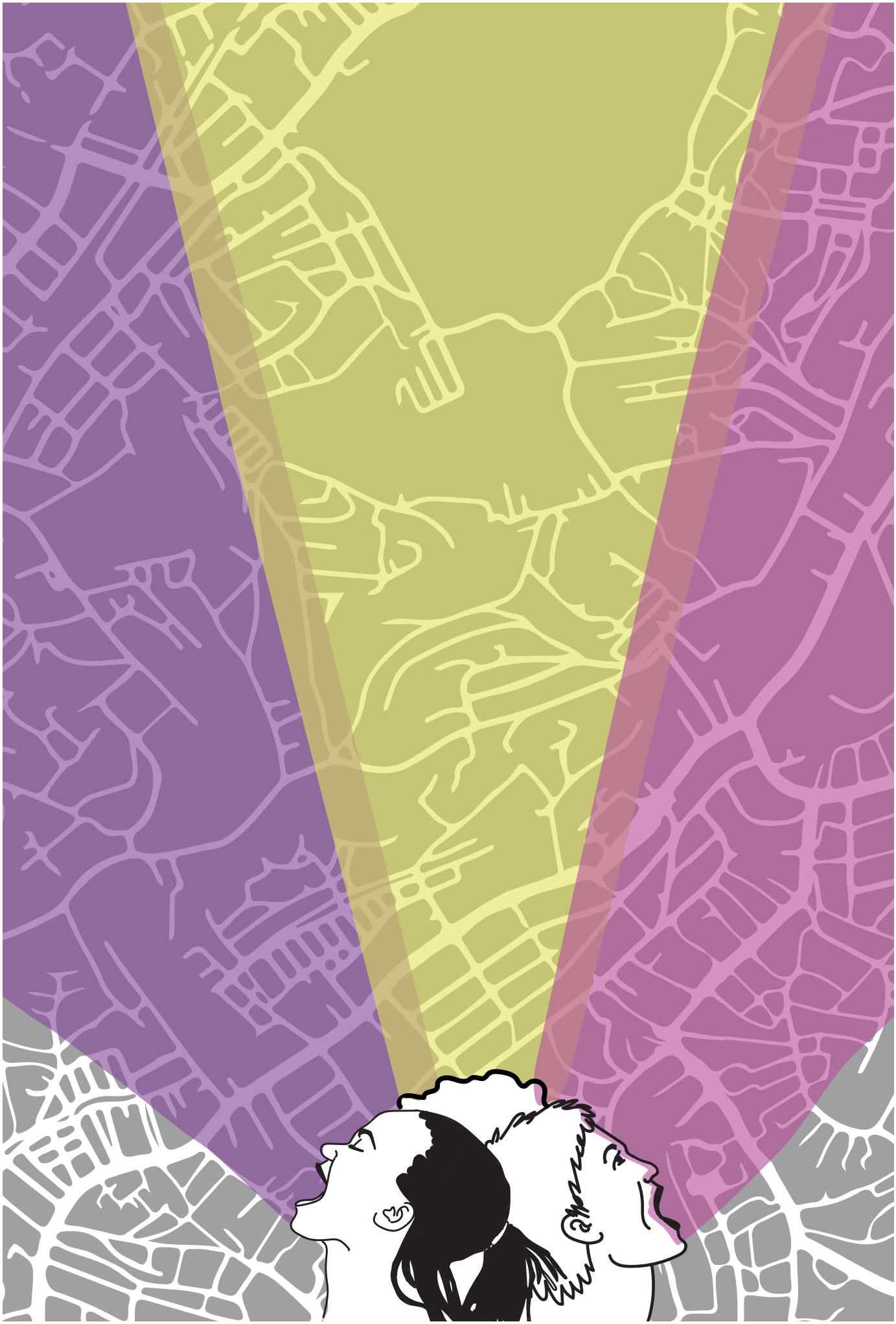
O acesso restrito à água foi o principal problema apontado pelas comunidades durante a pandemia.

Moradia e abrigamento

Ações de apoio à população em situação de rua foram consideradas completamente insuficientes e centralizadas.

tentativa de ampliar o atendimento, contudo com ações completamente insuficientes e centralizadas. Isso ocorreu tanto com a alimentação, já que os restaurantes existentes estavam muito próximos e não asseguravam alimentação para todas as pessoas nessa situação. Também ocorreu com os pontos de higienização, pias e banheiros, instalados de forma bastante insuficiente e centralizada, o que de fato causou dificuldades para o cumprimento de medidas básicas de higiene. Com relação aos abrigos, também foram considerados insuficientes para a necessidade, além de estarem centralizados, o que dificulta o acesso para pessoas que vivem em outros bairros.

Assim como em outros estados, o monitoramento identificou a grande negligência do poder público em promover ações especificas de proteção da população mais pobre das cidades. Condições históricas de precariedade de serviços públicos e violação de direitos não se alteraram e as ações emergências foram bastante aquém do necessário. Isso pode explicar os altos índices de mortalidade entre moradores de territórios periféricos apontados por dados oficiais. Essa tragédia seria ainda maior se não fosse a organização dessas comunidades e as diversas redes de solidariedade que se formaram para apoiá-las. ■



Vozes-mulheres: *falas, atos e propostas para um Recife de Luta*

por FASE Pernambuco

Em uma de suas marcantes poesias, Conceição Evaristo, escritora brasileira, fala do eco das vozes de suas ancestrais, que percorrem os porões do navios-negreiros, passam pelo período de escravidão, cruzam a condição da mulher negra trabalhadora doméstica, chegam até ela e segue até sua filha com o ímpeto de se tornar eco da vida-liberdade. "Vozes-mulheres"[1] poderia contar a história de milhares de mulheres negras periféricas, mas também o encontro de suas vontades de mudanças. Não à toa é evocado nesse artigo — que pretende falar de um processo tocado em grande parte por elas — vozes-mulheres e suas vidas de resistência.

Isso porque, são essas vozes que circulam as ruas das nossas cidades, mesmo que os ouvidos dominantes se façam de surdos, tentem silenciá-las. Nesse sentido, mais do que uma agenda política de 43 propostas para a cidade do Recife, o Seminário "áreas periféricas do Recife Construindo Agendas Locais para o Bem Viver nos Territórios de Resistência Urbana", realizado no dia 23 de setembro de 2020, trouxe expressões importantes para a construção de uma cidade, partindo dessas vozes e caminhadas.

Contemplando a realização da Plenária da Articulação Recife de Luta, onde foram definidas as propostas que constam na Plataforma para as Eleições 2020, a atividade contou como a participação de 34 de organizações, de um campo popular de sujeitos em luta: representações de

1 | *Texto disponível em: http://www.letras.ufmg.br/literafro/literafro/autoras/24-textos-das-autoras/923-conceicao-evaristo-vozes-mulheres . Acessado em 20 de fevereiro de 2021.*

mais de 10 territórios, 6 organizações não governamentais, entidades técnicas, grupos universitários, assim como outras articulações, como a Rede de Mulheres Negras de Pernambuco. Nela, contou-se também com uma participação de 80% de mulheres, sendo 60% negros entre homens e mulheres. A "Plataforma de Propostas para um Recife de Luta" foi construída a partir de falas e debates realizados com 75% das intervenções feitas por mulheres. Destacamos que a Plataforma não reflete apenas um exercício pontual. Pelo contrário, representa o aprofundamento de um processo e de uma aposta intencional por fortalecer essas vozes e trajetórias. É do acompanhamento e vivência dos territórios que surge a legitimidade e criatividade dessas propostas que vem subsidiando a agenda local de lutas. .

Se por um lado, é evidente que a pandemia impactou mais a vida das mulheres, no empobrecimento da população (queda da renda e aumento do desemprego), na sobrecarga de trabalho doméstico; do cuidado com a família; da exposição das mulheres à violência doméstica pelo confinamento; além da atenção aos doentes, dentre outros. Por outro lado, foram elas que lideraram as ações de solidariedade; lutando para que os territórios tivessem ações de comunicação com informação da pandemia, comida na mesa, direito ao teto, à água e outros direitos. Em todas as lutas, percebe-se a liderança das mulheres, e, em grande parte, de mulheres negras.

«Em todas as lutas, percebe-se a liderança das mulheres, e, em grande parte, mulheres negras.»

O contexto eleitoral de 2020 foi um dado da realidade ocorrido em meio à maior crise sanitária dos últimos tempos. Por outro lado, foi aproveitado pelas organizações como um espaço para reformulação desse projeto de cidade, algo mais do que relevante já que falamos da capital mais desigual do Brasil: Recife. Essa desigualdade ampliada na pandemia, revelaram condições de vida igualmente desiguais porque precipitaram a morte

Enfim, nesse Seminário o debate foi animado por esses acúmulos acima, mas, também pela força das vozes ecoadas pelas mulheres da coordenação da Articulação Recife de Luta que, dentre outros, ajudaram a organizar eixos e temas abaixo:

1. **Planejamento Urbano e Gestão Democrática:** recuperou questões relativas ao Plano Diretor, ao conflito entre a existência do Conselho da Cidade x Conselho de Desenvolvimento Urbano, etc.;

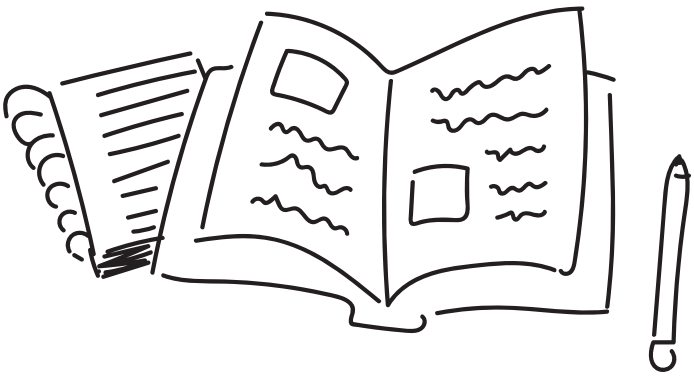
2. **Moradia e Regularização Fundiária:** colocou a urgência da constituição de uma Política Municipal de Habitação, a necessidade de enfrentar a pauta da Moradia Popular no Centro, a defesa das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), o acesso à terra, dentre outros;

3. **Meio Ambiente e Saneamento: aqui diversas pautas postas, desde os Planos de Manejo, passando pelo próprio desenho da política de Saneamento/ Abastecimento de Água, até a possibilidades de construção de uma política de Agricultura Urbana para a capital;**

4. **Mobilidade e Transporte:** colocava em contraposição da lógica da carrocracia e de mercantilização do transporte x o debate do Plano Cicloviário, da CPI/Auditoria do Transporte e outras iniciativas;

das pessoas em função da localização em que viviam na cidade, um perverso entrelaçamento entre neoliberalismo, patriarcado e racismo desvelado pela Covid-19.

O que aprendemos é que não há como pensar um enfrentamento à pandemia, sem questionar as bases que sustentam esse modelo de cidade baseado em projetos de morte de mulheres, da população negra e das famílias trabalhadoras. Estremecer essas estruturas exige formulação coletiva de um espaço urbano que expresse outras construções, que gerem novas ativações no cotidiano das pessoas, mas que



também vão forjando um novo sentido de produção urbanística.

Enfim, nesse Seminário o debate foi animado por esses acúmulos acima, mas, também pela força das vozes ecoadas pelas mulheres da coordenação da Articulação Recife de Luta que, dentre outros, ajudaram a organizar eixos e temas abaixo:

Os diálogos não poderiam ir em outra direção que não fosse no intuito de tecer redes de relação entre os problemas diários dos territórios e a demanda por um planejamento e uma política urbana que respondam a essas dimensões vividas. Para as mulheres, não tem como discutir a revisão do plano diretor do Recife sem pensar a vida de quem habita nas áreas de morro. Não tem como pensar a questão da flexibilização dos parâmetros ambientais na cidade (até aqui marcados para atender os interesses do capital imobiliário), sem fazer o debate do racismo ambiental e de uma perspectiva de conservação das matas articulada a uma dinâmica de moradia e usos populares.

De um modo geral, se afirmou que só é possível falar em direito à cidade quando essas forem seguras para as mulheres, quando efetivamente se valorizem os lugares da história negra; quando as mudanças e inovações do sistema de transporte sejam para beneficiar o usuário dos serviços e não só os donos de empresas. O combate à desigualdade só se efetiva com garantia do acesso aos serviços nas escolas, aos postos de saúde, quando a água chegar na torneira da casa das famílias trabalhadoras, quando o esgoto for tratado e não como se encontra hoje, passando na porta das pessoas e inunda as casas de quem mora nas comunidades populares. No Seminário ficou evidente que não adianta o planejamento urbano oficial definir um novo conceito (Comunidades de Interesse Social - CIS) e, por outro lado, esconder e atacar as ZEIS que são uma conquista

1 | *https://www.instagram.com/luizzzamorgado/*

popular.

Combate à desigualdade só se efetiva com garantia do acesso aos serviços nas escolas, postos de saúde, quando a água cair na torneira da casa das famílias trabalhadoras, quando o esgoto seja tratado, e não passe na porta e inunde as casas de quem mora nas comunidades populares.

Não adianta definir Comunidades de Interesse Social (CIS) e esconder e atacar as ZEIS.

Uma plataforma política precisa pensar que participação popular e planejamento urbano devem se voltar também para a soberania dos territórios, para que se possa plantar e colher ali, ter seus rios cuidados e, assim, esses territórios estabelecerem suas próprias prioridades, já que é aí onde pulsa a cidade.

Foram estas e outras questões demarcadas nas propostas que se transformaram em outros instrumentos de luta e incidência. Por exemplo, viraram lambes, a partir da definição de 13 propostas prioritárias que foram ilustradas pela artista Luiza Morgado, que também fez a relatoria gráfica da plenária, diagramou a cartilha de propostas e parte dessa publicação. Essas ideias-bandeiras também ganharam forma de vídeo, narrado e personificado por mulheres em suas paisagens reais e periféricas, captados pelo olhar da cineasta e fotógrafa Priscilla Melo.

Todos esses recursos surgiram para produzir alguma inovação frente às formas tradicionais de apresentação da plataforma pelo Direito à Cidade no Recife em outros anos, além de garantir que essas duas Produções coletivas sejam referência para os territórios e para a incidência junto à sociedade e aos governantes.

Também foi realizada uma live, que foi conduzida por Rud Rafael da Fase/ Pernambuco, com a participação de Ediclea Santos do Grupo Espaço Mulher

---

2 | *https://www.instagram.com/priscillamelorec/*

de Passarinho e Liliana Barros do Grupo Cidadania Feminina, sendo depois entregue a plataforma aos candidatos à prefeitura e vereadoras/es comprometidos com a luta pelo Direito à Cidade. Nesta atividade, inclusive, registramos que contamos com a participação de lideranças dos territórios, ONG's, candidatas e candidatos.

Romper silenciamentos e trajetórias de opressão é desafio que exige organização coletiva e estratégia política. Esse tem sido um compromisso assumido pela Fase e pela Articulação Recife de Luta, assim como tem sido uma tarefa tocada cotidianamente pelas mulheres. Que a ressonância dessas vozes e práticas se convertam em morada para todas e todos em uma nova cidade que se constrói das resistências de até então e as que virão. ■

/CONCLUSÃO/

Transformar luto em luta e reorganizar a esperança

Esperamos ter trazido até aqui uma visão geral dos processos desenvolvidos em 2020 pela ARL, mas não pretendemos que esse seja um ponto final nas dinâmicas políticas abertos nesse percurso. Ate porque seu elemento mais dinâmico é justamente o papel dos movimentos e organizações sociais no enfrentamento das diversas crises enfrentadas nesse ano que encerrou uma década marcada por muita atribulação política.

Nesse sentido, a memória nos faz lembrar de processos traumáticos, mas também serve para que não esqueçamos de fatos que produziram mudanças nas nossas vidas e na realidade social como um todo. Nesse sentido, pensamos a memória como uma chave para ampliar a nossa rede hoje, mas também para dar referência de como aprendemos e intervimos nessa história para criar novos caminhos.

Mais de 1.500 famílias atendidas em 35 territórios da RMR numa campanha de solidariedade pode representar um dado estatístico, mas também expressar milhares de histórias que não foram interrompidas pela política de genocídio implementada no país e honrar a dedicação de tanta gente que lutou contra ela. Lutou nos territórios, nos movimentos sociais, nas diversas organizações e instituições que formaram uma linha de frente no combate ao coronavírus, às estruturas da desigualdade e ao avanço do projeto de morte neoliberal, racista e patriarcal.

Não evitamos perdas como as de Miguel Otávio, menino de 5 anos, que teve sua vida interrompida ao despencar de uma das Torres Gêmeas, em virtude do abandono doloso da patroa da sua mãe, Sari Corte Real, representante de uma família tradicional da política no estado. Também não foi possível evitar a partida da querida Lucia Moura, da Associação de Moradores das Graças, que deu sua contribuição generosa à caminhada da Articulação Recife de Luta. Lembrá-las(os) aqui também é uma questão de justiça.

Merece destaque também a possibilidade de aglutinar um polo de produção de informações e saberes, envolvendo diversos atores, que foram desde os coletivos periféricos até a Defensoria Pública. Criar subsídio que possa colocar em xeque a narrativa oficial, mesmo que do ponto de vista do sensível seja tarefa óbvia (porque as pessoas estão ali vivendo o problema), não foi/é tarefa simples.

Nossa esperança é que a convergência de esforços que tornaram possível as ações aqui enunciadas envolvam ainda mais gente convicta de que não dá para conviver com uma cidade com tanta gente sem casa e tanta casa sem gente. Que não dá para ignorar o potencial do Recife para inovações que garantam água, transporte de qualidade, uma cidade que supere sua herança colonial e onde todas e todos partilhem dos bônus de uma cidade construída coletivamente. O Recife como uma utopia viável, que se torna vivida pela organização, criativa e combativa. Porque as reinvenções da cidade estão aí no cotidiano e é preciso atenção para percebê-las.

anexos

/ANEXO 1/

Monitoramento do fornecimento de água (COMPESA) na cidade do Recife

Os movimentos e organizações não-governamentais que compõem a Articulação Recife de Luta produziram este levantamento com o objetivo de confrontar as reiteradas declarações oficiais da Companhia Pernambucana de Saneamento (COMPESA) de que há regularidade no fornecimento de água nas regiões periféricas.

Nesse sentido, durante o mês de julho, o fornecimento de água foi monitorado diariamente nos seguintes bairros: Córrego do Euclides, Nova Descoberta, Mustardinha, Ibura e Muribeca. Para que houvesse a maior cobertura espacial e confiabilidade dos dados levantados as lideranças dos bairros distribuíram o calendário confeccionado para o estudo (ANEXO I) em residências pré-selecionadas, escolhidas a partir de critérios georreferenciados (pontos e ruas estratégicos para que fosse possível compreender as dinâmicas da distribuição dentro dos bairros). Para complexificar o estudo, os dados fornecidos pelas moradoras e moradores foram cruzados com as informações oficiais para cada bairro (ANEXO II), fornecidas pela COMPESA em seu site oficial (https://servicos.compesa.com.br/calendario-de-abastecimento-da-compesa/).

De forma geral é possível afirmar que as informações oficiais da COMPESA são absolutamente inconsistentes. Os dados coletados in-loco apontam muito mais dias sem água nas torneiras do que o Calendário de Abastecimento aponta. Além da ausência de abastecimento, em muitos dias a pressão da água era muito baixa, o que impossibilitava o

1 | *Texto disponível em: http://www.letras.ufmg.br/literafro/literafro/autoras/24-textos-das-autoras/923-conceicao-evaristo-vozes-mulheres . Acessado em 20 de fevereiro de 2021.*

abastecimento das caixas d'água.

A heterogeneidade do fornecimento em uma mesma área de abastecimento (delimitação oficial da COMPESA) confirma a baixa pressão no fornecimento. Esta é uma realidade especialmente dramática nas áreas de morro da Zona Norte da cidade.

O grande intervalo no fornecimento de água junto à baixa pressão nos raros momentos de fornecimento impedem, até mesmo, o armazenamento adequado da água. O armazenamento inadequado aumenta a exposição dessas populações à arboviroses (dengue, chikungunya, etc.), assim como facilita a disseminação da Covid-19.

Para facilitar a leitura das informações, os dados foram sistematizados em formato de calendários, como é possível ver nas tabelas abaixo. Em todas elas a primeira linha representa os dias do mês de julho; a segunda representa os dados do Calendário Oficial da COMPESA. Abaixo estão representados os pontos em que foram realizados o monitoramento.

LEGENDA

As letras representam:

OF	Calendário oficial
X	Ausência de fornecimento
V	Fornecimento parcial
O	Fornecimento durante todo o dia
N	Não houve informação

As cores representam:

	Calendário oficial
	Inexistente fornecimento e incompatível com a informação oficial
	Existe fornecimento e é melhor do que o dado oficial
	Fornecimento em um período do dia, o dado oficial aponta para fornecimento durante todo o dia.
	A informação não foi coletada ou coincide com o apontado pelo calendário oficial

CÓRREGO DO EUCLÍDES

(Área 5 | Rua Alto Nossa Senhora de Fátima/Rua Eucalipto)

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19
OF	X	X	X	O	V	V	O	O	V	V	O	O	V	V	O	O	V	V	O
A	X	V	V	X	X	V	V	X	X	V	V	X	X	V	V	V	X	X	V
B	X	X	O	X	X	X	O	X	X	X	X	X	X	X	V	O	X	X	X
C	X	O	V	X	V	O	X	X	V	O	X	O	V	O	O	O	X	O	O
D	X	X	X	X	X	V	X	X	N	V	X	X	V	X	N	V	V	V	V

	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31
OF	O	V	V	O	O	V	V	O	O	V	V	O
A	V	O	X	X	V	X	V	V	V	V	V	V
B	X	X	X	V	V	X	X	V	V	V	X	O
C	O	X	X	V	O	O	O	O	O	O	O	O
D	V	V	X	V	V	V	N	X	N	N	N	N

OF | Calendário Oficial

A | R. Sergipe

B | Rua Piaui

C | Rua Córrego do Euclides

D | Rua Capixaba

NOVA DESCOBERTA

(Área 5 | Rua Alto Nossa Senhora de Fátima/Rua Eucalipto)

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19
OF	O	O	V	V	O	O	V	V	O	O	V	V	O	O	V	V	O	O	V
A	N	N	N	N	N	N	N	N	V	V	X	V	V	X	X	X	V	V	X
B	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	V	V	V	X	V	X	X
C	X	X	X	V	X	X	X	X	V	X	O	O	X	X	X	O	X	X	V

	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31
OF	V	O	O	V	V	O	O	V	V	O	O	V
A	X	V	V	X	X	N	N	N	N	N	N	N
B	V	X	V	N	N	N	N	N	N	N	N	N
C	X	O	O	V	O	X	X	V	O	X	X	O

OF | Calendário Oficial
A | Rua José Carneiro Lins
B | Segunda travessa Maripá
C | Rua Pedro da Cocada

MUSTARDINHA

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19
OF	V	V	V	V	V	V	V	V	V	V	V	V	V	V	V	V	V	V	V
A	N	N	N	N	N	N	O	O	O	V	N	N	V	X	X	X	V	V	V
B	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	O	V	V	V	V	V	V	V
C	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	V	V	V	V	V	V	V	V

	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31
OF	V	V	V	V	V	V	V	V	V	V	V	V
A	V	V	V	V	V	V	O	O	O	O	O	O
B	X	X	O	O	X	V	V	V	V	X	X	X
C	V	V	V	V	V	V	V	V	V	V	V	V

OF | Calendário Oficial
A | Rua Ângelo Agostini
B | Rua Major Mario Portela
C | Rua Dr. João Costa

IBURA

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19
OF	V	V	V	V	V	V	V	V	V	V	V	V	V	V	V	V	V	V	V
A	N	N	V	N	N	N	N	N	N	N	N	V	V	V	X	V	V	V	V
B	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	V	V	V	V	V	V	V	V
C	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	V	V	V	V	V	V	V	V
D	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	X	V	X	V	X	V	X	V

	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31
OF	V	V	V	V	V	V	V	V	V	V	V	V
A	V	V	V	V	X	X	X	V	V	V	X	X
B	V	V	X	X	X	V	V	V	V	V	X	X
C	V	V	X	V	X	V	X	V	X	V	X	X
D	V	X	X	X	V	X	N	X	N	X	N	X

OF | Calendário Oficial
A | Rua Rio do Prata
B | Rua Rio das Pedras
C | Rua Monsenhor João Olímpio
D | Rua Potiguar

MURIBECA

(Área 1 | Conjunto Muribeca, Área 2 | Conjunto Brasil Novo)

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19
OF	X	O	X	O	X	O	X	O	X	O	X	O	X	O	X	O	X	O	X
A	X	O	X	V	X	V	X	V	O	O	X	O	O	V	X	O	O	V	X
B	X	O	X	V	O	V	X	V	O	O	X	O	O	V	X	O	V	V	X
C	O	X	O	X	O	X	O	X	O	X	O	X	O	X	O	X	O	X	O

	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31
OF	O	X	O	X	V	V	V	V	V	V	V	V
A	V	O	O	O	O	O	X	X	O	X	O	X
B	V	O	O	O	O	O	X	X	O	O	O	X
C	X	O	X	N	N	N	N	N	N	N	N	N

OF | Calendário Oficial
A | Rua do Espinheiro
B | Rua Armando Tavares
C | Rua Cabo

*Obs: Quadra 1 não teve pressão durante os 20 dias iniciais do mês, impossibilitando o abastecimento das caixas d'água.

MURIBECA

(Área 5 | Nova Aliança)

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19
OF	X	O	X	O	X	O	X	O	X	O	X	O	X	O	X	O	X	O	X
A	V	X	V	X	O	X	O	X	V	O	O	X	X	X	V	X	O	X	O

	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31
OF	O	X	O	X	V	V	V	V	V	V	V	V
A	X	O	X	O	X	O	X	O	X	X	O	X

OF | Calendário Oficial

A | Rua Joaquim dos Amores

/ANEXO 2/

Resumo da avaliação dos dados de monitoramento do transporte público

por Diogo Galvão – Prof. de Arquitetura e Urbanismo (ESUDA)

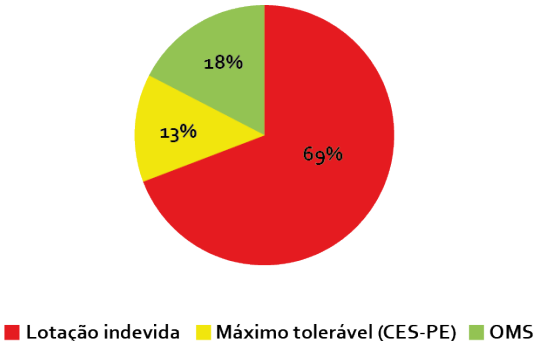
As informações produzidas foram elaboradas a partir de imagens retiradas por voluntários usuários do transporte público da Região Metropolitana do Recife, utilizando a ferramenta Timestamp Camera, que permite anexar nas fotos as coordenadas e horário do momento que foram efetuadas. Posteriormente as imagens foram georreferenciadas, criando um banco de dados com variáveis de volume de pessoas por m², horário, local e linha de ônibus.

A sistematização dos dados volumétricos seguiu 3 agrupamentos de valores, a saber:

1) Distanciamento indicado pela Organização Mundial da Saúde[1] (OMS), que preconiza um espaço mínimo de 1m² por pessoa (p/m²) (Símbolo: traçado verde);

2) Distanciamento indicado pelo Conselho Estadual de Saúde de Pernambuco[2] (CES PE), que limita a 30% o número de passageiros, sendo este o máximo tolerável. Como o Consórcio Grande Recife (CGR) indica a lotação máxima de 6 pessoas por m², obtém-se um valor aproximado de 2 pessoas por m² (2 p/m²) (Símbolo: traçado amarelo);

ANÁLISE DO NÍVEL DE DISTANCIAMENTO DOS PASSAGEIROS NO TRANSPORTE PÚBLICO



1 | *Texto disponível em: http://www.letras.ufmg.br/literafro/literafro/autoras/24-textos-das-autoras/923-conceicao-evaristo-vozes-mulheres . Acessado em 20 de fevereiro de 2021.*

3) Distanciamento reduzido em 60% indicado pelo CGR, observando que este agrupamento representa todos os valores acima dos 60% de lotação. Sendo o valor a partir de 4 pessoas por m² (+4 p/m²) (Símbolo: traçado vermelho)

*Trechos sem valores ou não informados apresentam simbologia por traçado de cor cinza.

QUANTO A OBSERVAÇÃO:

1) Os trechos analisados estão em sua totalidade focados na mobilidade de trabalhadores no sentido subúrbio-centro, no momento da pesquisa havia paralisação das atividades educacionais, bem como redução na frota (verificar percentual)

2) A pesquisa calculou as distâncias percorridas por cada grupo (apresentado acima), obtendo valores alarmentes:

3) Os terminais integrados se mostraram insuficientes ou saturados para o escoamento seguro dos usuários. Seja a viagem iniciada em terminais (Xambá) ou os usuários fazendo integração no percurso (Pelópidas, PE-15, Tancredo Neves) as viaturas sempre saíram com a lotação indevida. O que sugere aglomerações preocupantes nestes terminais.

4) As viagens que saíram de terminais de bairros, não saem lotadas, mas em menos de 20% do percurso a lotação já se classifica como indevida. Vale indicar o papel crucial do cobrador nesta perspectiva de controle do volume de usuários.

5) Os centros secundários e principais (Paulista e Recife), por óbvio, são pontos gravitacionais de escoamento de usuários, o que não nos permitiu analisar todo o percurso das linhas estudadas

//ANÁLISE POR PERCURSO

A) **Alto José Bonifácio/ João de Barros:** Ainda nos morros da zona norte do Recife o ônibus passa a ter o máximo de ocupação tolerável, ao chegar no centro secundário da Encruzilhada, há um aumento exponencial de usuário, fazendo com que até seu trecho final (retorno) seja classificado como lotação indevida, com mais de 4 passageiros por m²

B) **UR2 (Ibura)/ Tancredo Neves:** As URs são bairros de alta densidade populacional, isto reflete a partida do ônibus do terminal de bairro já na lotação

máxima, a viagem tem um pequeno percurso até o Terminal integrado, o que só faz aumentar o número de passageiros e poucos descem antes do ponto final. É importante indicar a recorrente reclamação quanto a saturação da estrutura do T.I Tancredo Neves.

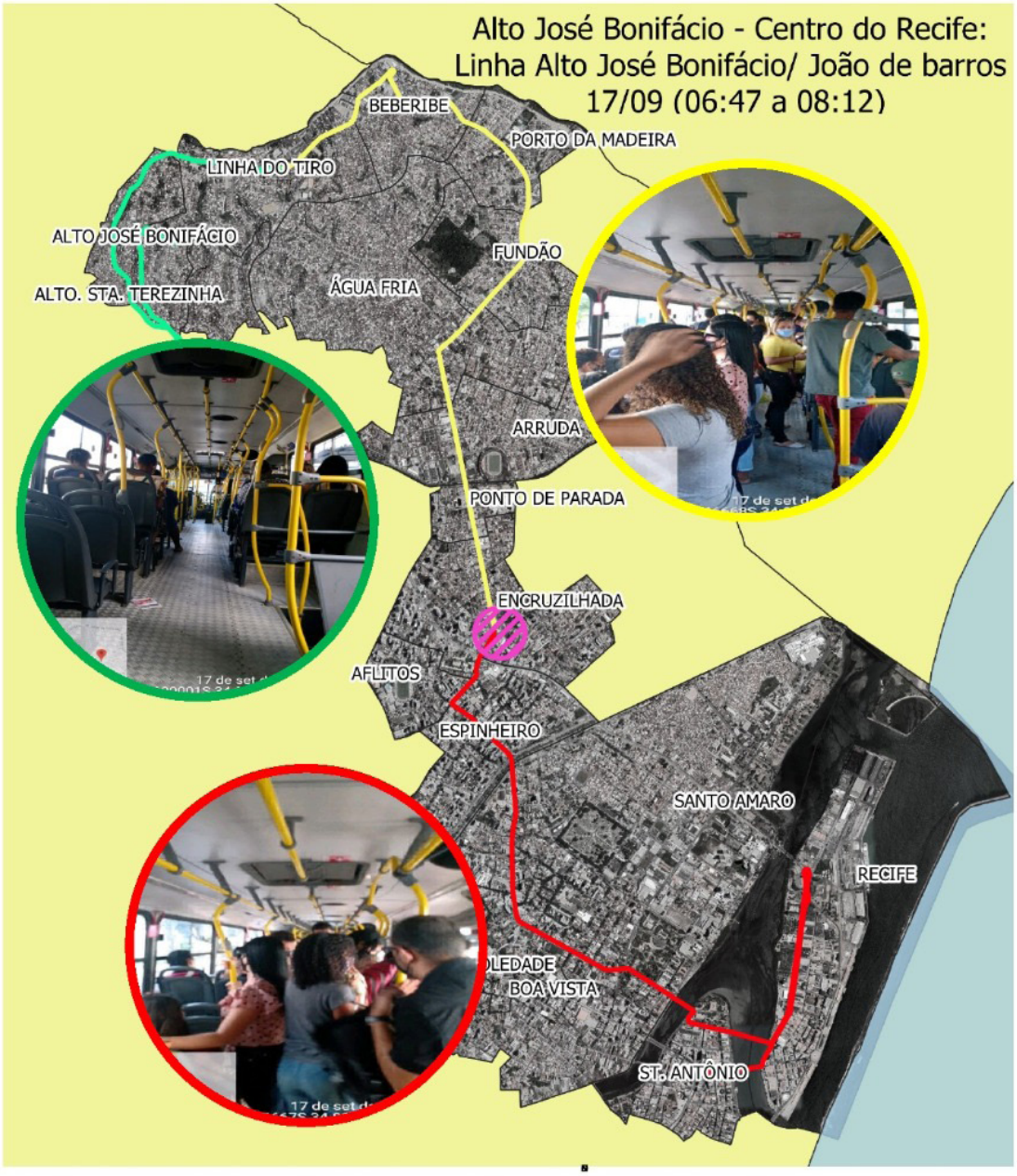
C) **Paratibe/ Pelódias – Pelópidas/ PE-15 – PE15/Afogados:** De caráter intermunicipal, este percurso utilizou ao todo 3 linhas, sempre fazendo conexões nos terminais (Pelópidas e PE-15). O início da viagem é caracterizado por subidas volumosas de usuários, no segundo bairro (Jardim Paulista) já se encontra com lotação indevida, mas logo há uma redução de usuário devido a passagem pelo centro comercial de Paulista. Deste até o terminal Pelópidas não há ganho expressivo de usuários. Entretanto, ao fazer a troca de linha no terminal, o voluntário já sai em ônibus lotado até o terminal de PE-15. Na segunda troca, a viatura não sai lotada, possivelmente por não mais seguir no eixo principal de deslocamento (Norte-Sul). Apesar de sair deste sentido para o centro do Recife, o ônibus torna a lotar após passagem por bairro residencial (Aguazinha).

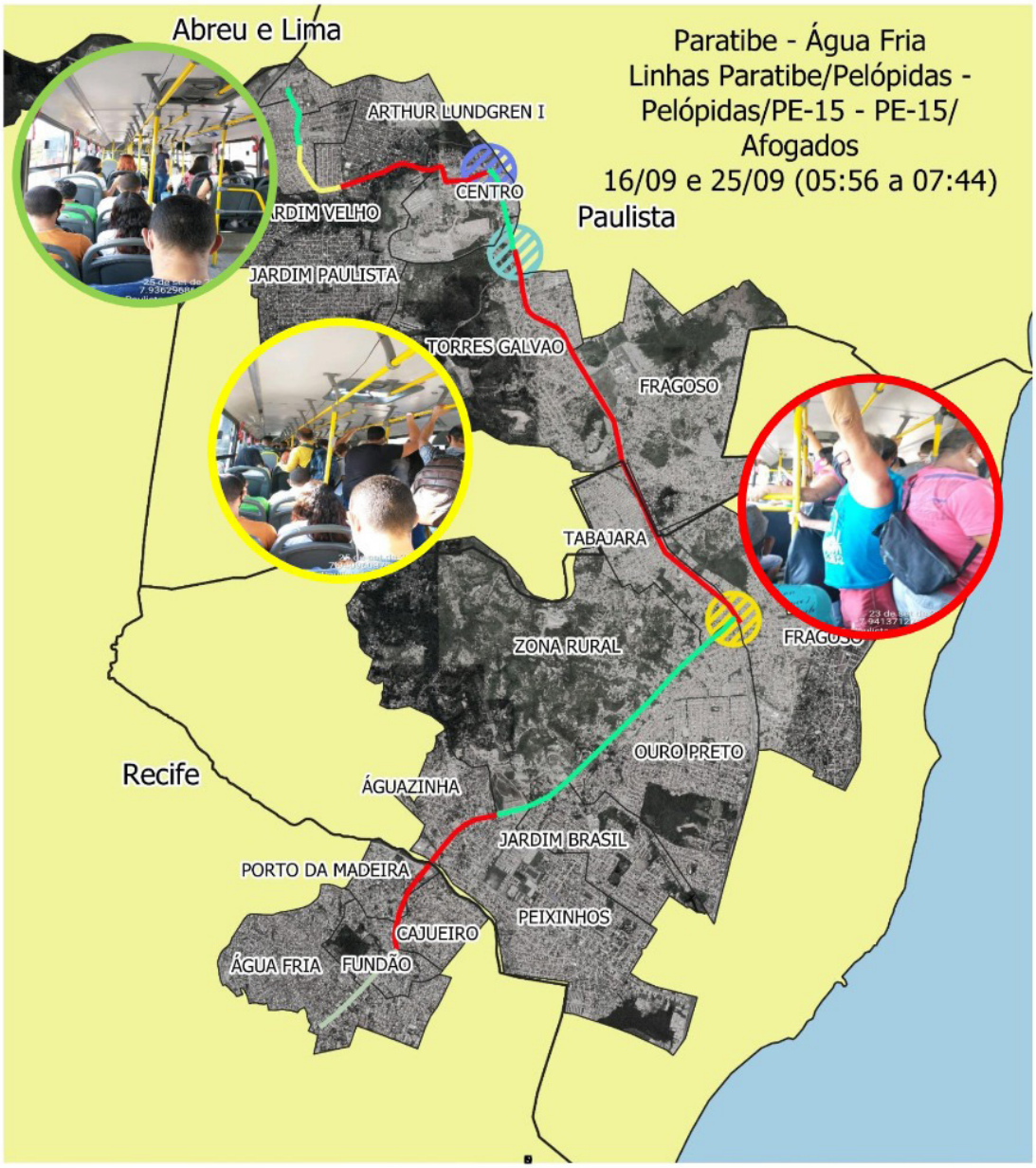
D) **Rio doce/CDU:** Lotação no início da Caxangá, possivelmente por escassez de linhas que liguem zona oeste do Recife com o centro norte do Recife e Olinda. A lotação segue até o centro secundário da Encruzilhada, onde o voluntário desce e não há mais informações.

E) **T.I. Xambá (Cabugá):** O ônibus já sai lotado do terminal (o que é corriqueiro) e segue recebendo cada vez mais usuários até pegar o eixo da Cruz Cabugá. Nesta avenida há certo esvaziamento no centro expandido (Shoppings e empresas de telemarketing), mas ainda há passageiros em pé, por fim, no centro de Recife onde o sentido se torna centro-subúrbio a viatura se encontra vazia.

São Benedito (Olinda) - Centro do Recife
Linha T.I.Xambá (Cabugá)
16/09 (07:09 a 07:47)
SAPUCAIA
AGUAZINHA
SÃO BENEDITO
Olinda
PEIXINHOS
SANTA TEREZA
SALGADINHO
ST. AMARO
BOA VISTA
ST. ANTÔNIO
Legenda
Classificação de distânciamento
1 p/m² (OMS)
2 p/m² (CES-PE) - Máximo recomendável
+ 4 p/m²
PONTOS DE INTERESSE
T.I. Xambá
Ponto de retorno (centro)
Centro expandido
500 0 500 1000 1500 m
SRC: SIRGAS 2000/UTM Zona 25S
Fonte: Pesquisa voluntária Articulação Recife de Luta
Autor: Diogo Galvão

/ANEXO 2/


Alto José Bonifácio - Centro do Recife:
Linha Alto José Bonifácio/ João de barros
17/09 (06:47 a 08:12)
BEBERIBE
PORTO DA MADEIRA
LINHA DO TIRO
ALTO JOSÉ BONIFÁCIO
FUNDÃO
ALTO. STA. TEREZINHA
ÁGUA FRIA
ARRUDA
PONTO DE PARADA
ENCRUZILHADA
AFLITOS
ESPINHEIRO
SANTO AMARO
RECIFE
BOA VISTA
ST. ANTÔNIO
Classificação de distânciamento
1 p/m² (OMS)
2 p/m² (CES-PE) - Máximo recomendável
+ de 4 p/m²
Centro Secundário (Encruzilhada)
500 0 500 1000 1500 m
SRC: SIRGAS 2000/UTM Zona 25S
Fonte: Pesquisa voluntária Articulação Recife de LUta
Autor: Diogo Galvão



Legenda

Classificação de distânciamento

- 1 p/m² (OMS)
- 2 p/m² (CES-PE) - Máximo recomendável
- + 4 p/m²

PONTOS DE INTERESSE

- Centro comercial de Paulista
- T.I. Pelópidas
- T.I. PE-15

500 0 500 10001500 m

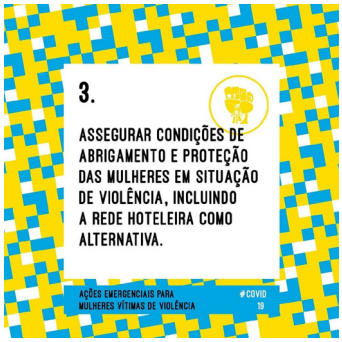
SRC: SIRGAS 2000/UTM Zona 25S
Fonte: Pesquisa voluntária Articulação Recife de Luta
Autor: Diogo Galvão

CIDADE UNIVERSITARIA - ENCRUZILHADA:
Linha Rio doce/ CDU - 11/09 (06:59 a 07:40)
Olinda
Recife
SALGADINHO
CAMPO GRANDE
HIPODROMO
ENCRUZINHADA
ESPINHEIRO
GRAÇAS
MADALENA
ZUMBI
CORDEIRO
IPUTINGA
VÁRZEA
Legenda
Classicação de distânciamento
Até 1 p/m² (OMS)
+ 4 p/m²
Sem informação
Centro Secundário (Encruzilhada)
500 0 500 1000 1500 m
SRC: SIRGAS 2000/UTM Zona 25S
Fonte: Pesquisa voluntária Articulação Recife de LUta
Autor: Diogo Galvão
Total percentual de classificação de distânciamento por trecho
23%
77%
OMS
Lotação indevida

IBURA - T.I. TANCREDO NEVES:
Linha UR2 Ibura/TI Tancredo Neves
18/09 (06:40 a 07:19)
Recife
Jaboatão dos Guararapes
IBURA
COHAB
Legenda
Classicação de distânciamento
+ 4 p/m²
T.I. Tancredo Neves
500 0 500 1000 1500 m
SRC: SIRGAS 2000/UTM Zona 25S
Fonte: Pesquisa voluntária Articulação Recife de LUta
Autor: Diogo Galvão
Total percentual de classificação de distânciamento por trecho
100%
Lotação indevida

/ANEXO 3/

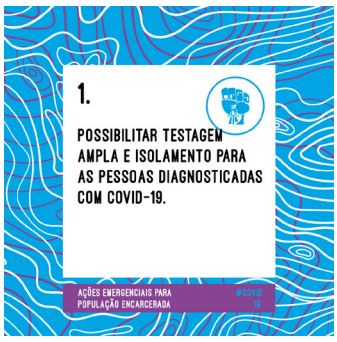
Propostas: Plano de emergência para prevenção do COVID-19 nas Periferias do Recife

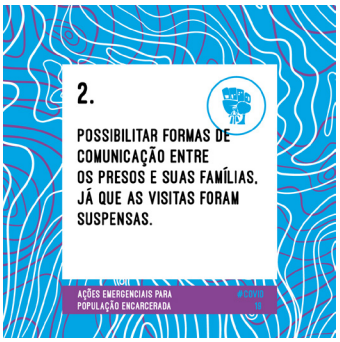

3.
ASSEGURAR CONDIÇÕES DE ABRIGAMENTO E PROTEÇÃO DAS MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA, INCLUINDO A REDE HOTELEIRA COMO ALTERNATIVA.
AÇÕES EMERGENCIAIS PARA MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA
#COVID 19

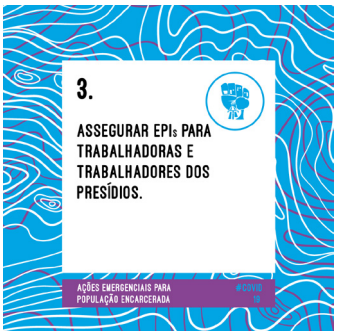
4.
REALIZAR CAMPANHAS PÚBLICAS PELO RESPEITO AO ISOLAMENTO SOCIAL SEM VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES, IDOSOS E CRIANÇAS.
AÇÕES EMERGENCIAIS PARA MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA
#COVID 19

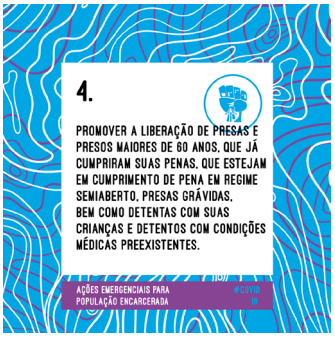
5.
MONITORAMENTO DOS CASOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, SEXUAL E FEMINICÍDIO, VISTO QUE A VIOLÊNCIA TEM SE AMPLIADO NAS RESIDÊNCIAS NA MAIORIA DOS TERRITÓRIOS EM SITUAÇÃO DE DISTANCIAMENTO SOCIAL.
AÇÕES EMERGENCIAIS PARA MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA
#COVID 19

AÇÕES EMERGENCIAIS PARA POPULAÇÃO ENCARCERADA
#COVID 19


1.
POSSIBILITAR TESTAGEM AMPLA E ISOLAMENTO PARA AS PESSOAS DIAGNOSTICADAS COM COVID-19.
AÇÕES EMERGENCIAIS PARA POPULAÇÃO ENCARCERADA
#COVID 19

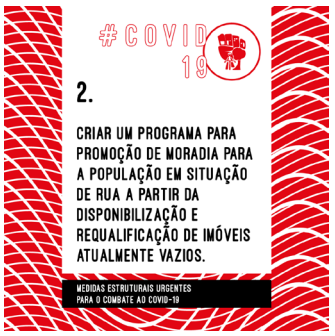

2.
POSSIBILITAR FORMAS DE COMUNICAÇÃO ENTRE OS PRESOS E SUAS FAMÍLIAS, JÁ QUE AS VISITAS FORAM SUSPENSAS.
AÇÕES EMERGENCIAIS PARA POPULAÇÃO ENCARCERADA
#COVID 19

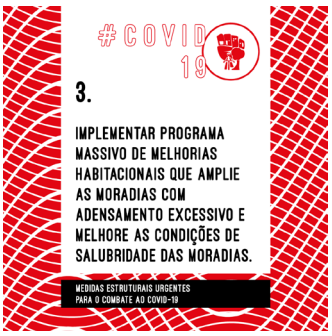

3.
ASSEGURAR EPIs PARA TRABALHADORAS E TRABALHADORES DOS PRESÍDIOS.
AÇÕES EMERGENCIAIS PARA POPULAÇÃO ENCARCERADA
#COVID 19

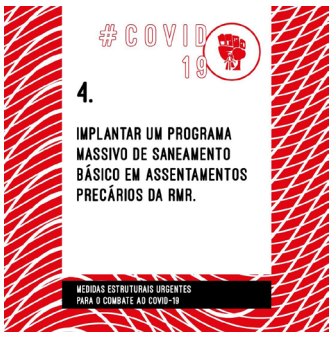

4.
PROMOVER A LIBERAÇÃO DE PRESAS E PRESOS MAIORES DE 60 ANOS, QUE JÁ CUMPRIRAM SUAS PENAS, QUE ESTEJAM EM CUMPRIMENTO DE PENA EM REGIME SEMIABERTO, PRESAS GRÁVIDAS, BEM COMO DETENTAS COM SUAS CRIANÇAS E DETENTOS COM CONDIÇÕES MÉDICAS PREEXISTENTES.
AÇÕES EMERGENCIAIS PARA POPULAÇÃO ENCARCERADA
#COVID 19

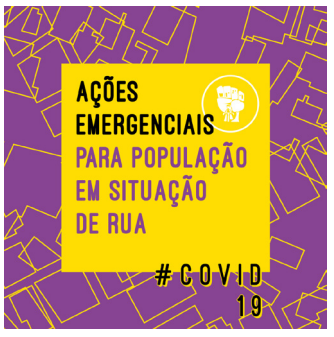
#COVID 19
MEDIDAS ESTRUTURAIS URGENTES PARA O COMBATE AO COVID-19

#COVID 19
1.
ARRECADAR IMÓVEIS QUE JÁ ATENDAM AOS REQUISITOS PREVISTOS NO DECRETO DE ARRECADAÇÃO POR ABANDONO, APONTADOS EM DENÚNCIA FEITA PELA ARTICULAÇÃO RECIFE DE LUTA.
MEDIDAS ESTRUTURAIS URGENTES PARA O COMBATE AO COVID-19


#COVID 19
2.
CRIAR UM PROGRAMA PARA PROMOÇÃO DE MORADIA PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA A PARTIR DA DISPONIBILIZAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DE IMÓVEIS ATUALMENTE VAZIOS.
MEDIDAS ESTRUTURAIS URGENTES PARA O COMBATE AO COVID-19


#COVID 19
3.
IMPLEMENTAR PROGRAMA MASSIVO DE MELHORIAS HABITACIONAIS QUE AMPLIE AS MORADIAS COM ADENSAMENTO EXCESSIVO E MELHORE AS CONDIÇÕES DE SALUBRIDADE DAS MORADIAS.
MEDIDAS ESTRUTURAIS URGENTES PARA O COMBATE AO COVID-19


#COVID 19
4.
IMPLANTAR UM PROGRAMA MASSIVO DE SANEAMENTO BÁSICO EM ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS DA RMR.
MEDIDAS ESTRUTURAIS URGENTES PARA O COMBATE AO COVID-19

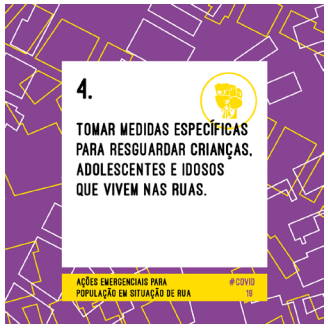

AÇÕES EMERGENCIAIS PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA
#COVID 19

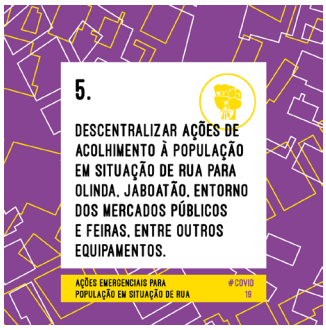
1.
AMPLIAR AS VAGAS EM ABRIGOS DO RECIFE PARA MAIS 500 PESSOAS.
AÇÕES EMERGENCIAIS PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA
#COVID 19

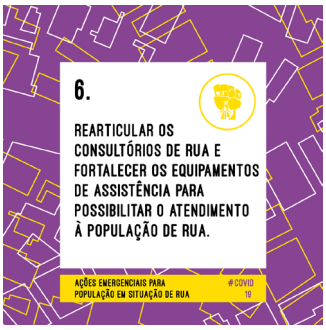
/ANEXO 3/

2.
AMPLIAR O ATENDIMENTO DO RESTAURANTE POPULAR SANTA DULCE PARA CAFÉ DA MANHÃ E JANTAR.
AÇÕES EMERGENCIAIS PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA
#COVID 19

3.
INSTALAR PONTOS DE HIGIENIZAÇÃO EM LOCAIS DE MAIOR CONCENTRAÇÃO DE POPULAÇÃO DE RUA.
AÇÕES EMERGENCIAIS PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA
#COVID 19

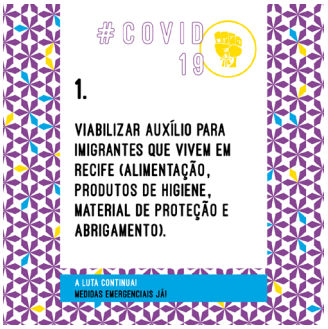

4.
TOMAR MEDIDAS ESPECÍFICAS PARA RESGUARDAR CRIANÇAS, ADOLESCENTES E IDOSOS QUE VIVEM NAS RUAS.
AÇÕES EMERGENCIAIS PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA
#COVID 19

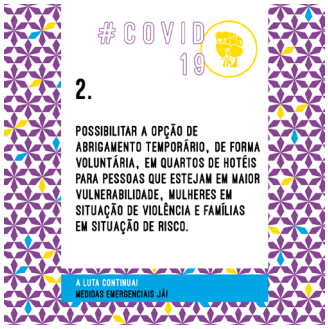

5.
DESCENTRALIZAR AÇÕES DE ACOLHIMENTO À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA PARA OLINDA, JABOATÃO, ENTORNO DOS MERCADOS PÚBLICOS E FEIRAS, ENTRE OUTROS EQUIPAMENTOS.
AÇÕES EMERGENCIAIS PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA
#COVID 19

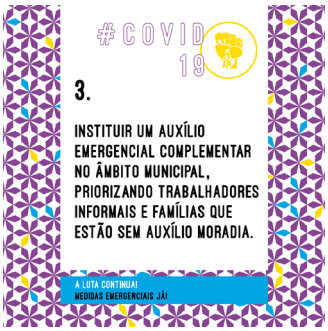

6.
REARTICULAR OS CONSULTÓRIOS DE RUA E FORTALECER OS EQUIPAMENTOS DE ASSISTÊNCIA PARA POSSIBILITAR O ATENDIMENTO À POPULAÇÃO DE RUA.
AÇÕES EMERGENCIAIS PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA
#COVID 19

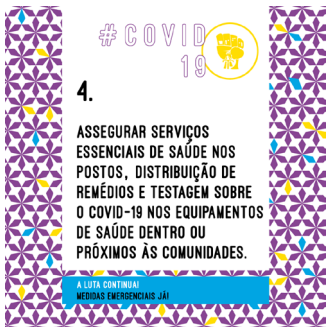
7.
REALIZAR CADASTRAMENTO DA POPULAÇÃO DE RUA EM PARCERIA COM ENTIDADES QUE ATUAM COM ESSE GRUPO PARA VIABILIZAR O ACESSO ÀS POLÍTICAS DE PROTEÇÃO SOCIAL E ABRIGAMENTO.
AÇÕES EMERGENCIAIS PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA
#COVID 19

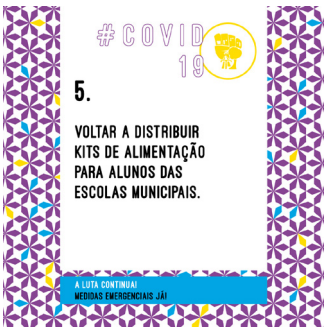
RECIFE DE LUTA
POR UM PLANO DE AÇÕES CONCRETAS PARA PREVENÇÃO DO COVID-19 NAS PERIFERIAS

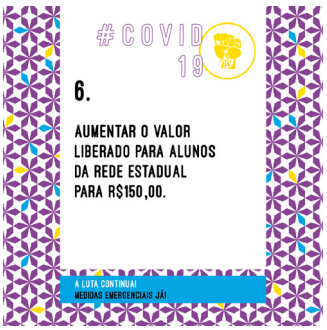

#COVID 19
1.
VIABILIZAR AUXÍLIO PARA IMIGRANTES QUE VIVEM EM RECIFE (ALIMENTAÇÃO, PRODUTOS DE HIGIENE, MATERIAL DE PROTEÇÃO E ABRIGAMENTO).
A LUTA CONTINUA!
MEDIDAS EMERGENCIAIS JÁ!

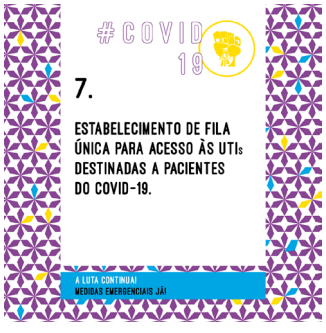

#COVID 19
2.
POSSIBILITAR A OPÇÃO DE ABRIGAMENTO TEMPORÁRIO, DE FORMA VOLUNTÁRIA, EM QUARTOS DE HOTÉIS PARA PESSOAS QUE ESTEJAM EM MAIOR VULNERABILIDADE, MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA E FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE RISCO.
A LUTA CONTINUA!
MEDIDAS EMERGENCIAIS JÁ!

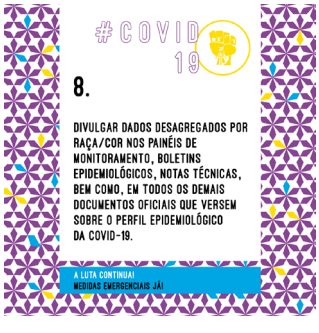

#COVID 19
3.
INSTITUIR UM AUXÍLIO EMERGENCIAL COMPLEMENTAR NO ÂMBITO MUNICIPAL, PRIORIZANDO TRABALHADORES INFORMAIS E FAMÍLIAS QUE ESTÃO SEM AUXÍLIO MORADIA.
A LUTA CONTINUA!
MEDIDAS EMERGENCIAIS JÁ!


#COVID 19
4.
ASSEGURAR SERVIÇOS ESSENCIAIS DE SAÚDE NOS POSTOS, DISTRIBUIÇÃO DE REMÉDIOS E TESTAGEM SOBRE O COVID-19 NOS EQUIPAMENTOS DE SAÚDE DENTRO OU PRÓXIMOS ÀS COMUNIDADES.
A LUTA CONTINUA!
MEDIDAS EMERGENCIAIS JÁ!


#COVID 19
5.
VOLTAR A DISTRIBUIR KITS DE ALIMENTAÇÃO PARA ALUNOS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS.
A LUTA CONTINUA!
MEDIDAS EMERGENCIAIS JÁ!


#COVID 19
6.
AUMENTAR O VALOR LIBERADO PARA ALUNOS DA REDE ESTADUAL PARA R$150,00.
A LUTA CONTINUA!
MEDIDAS EMERGENCIAIS JÁ!


#COVID 19
7.
ESTABELECIMENTO DE FILA ÚNICA PARA ACESSO ÀS UTIs DESTINADAS A PACIENTES DO COVID-19.
A LUTA CONTINUA!
MEDIDAS EMERGENCIAIS JÁ!


#COVID 19
8.
DIVULGAR DADOS DESAGREGADOS POR RAÇA/COR NOS PAINÉIS DE MONITORAMENTO, BOLETINS EPIDEMIOLÓGICOS, NOTAS TÉCNICAS, BEM COMO, EM TODOS OS DEMAIS DOCUMENTOS OFICIAIS QUE VERSEM SOBRE O PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DA COVID-19.
A LUTA CONTINUA!
MEDIDAS EMERGENCIAIS JÁ!

/ANEXO 4/

Cartilha: Plataforma de propostas para um Recife de Luta

Mais do que um conjunto de intenções para a cidade, em um período eleitoral, o que está aqui apresentado é a consolidação de lutas feitas todos os dias por um conjunto de sujeitos. É uma plataforma de engajamento social permanente, construída a partir dos territórios populares, das Zonas Especiais de Interesse Social, das ocupações urbanas, da ação das organizações e movimentos sociais. Esse Recife de Luta é feito por mulheres e homens, compromissadas(os) com a resistência histórica do povo dessa cidade, mas também atualizada pelos desafios de hoje.

Uma mostra disso foi a campanha de solidariedade que conseguiu em meio à pandemia fortalecer 1500 famílias de 33 comunidades da Região Metropolitana do Recife com cestas básicas. Nesse período, também foi construído um plano de ações concretas para prevenção do COVID-19 nas periferias, bem como visando o enfrentamento à violência contra as mulheres e junto à populações como as pessoas em situação de rua, pessoas encarceradas. Desse processo também resultou um importante diálogo com a Defensoria Pública e o monitoramento da situação dos despejos, da situação da água e do transporte público.

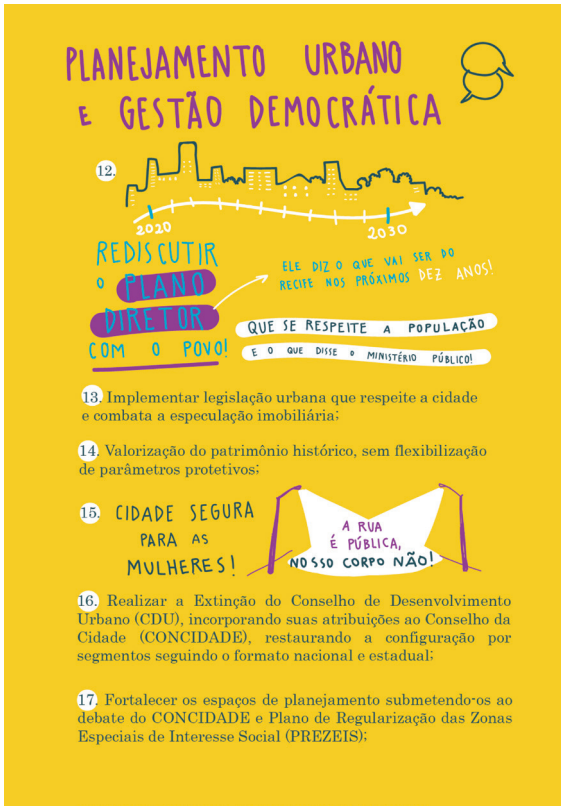
As propostas aqui trazidas, nesse sentido, não são só desejos possíveis, são necessidades urgentes, são passos fundamentais para uma cidade que supere a realidade de ser a capital da desigualdade. É por isso que exigimos o compromisso com essa agenda.

Esperamos contar com você.

Articulação Recife de Luta

HABITAÇÃO
1. Utilização de recurso próprio da prefeitura para a política habitacional;
VIVER EM ZONAS ESPECIAIS de INTERESSE SOCIAL COM DIGNIDADE
2. CRIAR NOVAS! TRANSFORMANDO COMUNIDADES de INTERESSE SOCIAL EM ZEIS!
3. AMPLIAR INVESTIMENTOS!
4. Aplicação de instrumentos para a arrecadação de imóveis vagos;
5. INVESTIR NAS ÁREAS DE MORRO PARA QUE COM INFRAESTRUTURA NÃO SE VIVA SOB RISCO!

6. Valorização e respeito aos territórios tradicionais, como territórios pesqueiros, terreiros e outros;
7. POR UMA POLÍTICA de MORADIA
ENFRENTANDO A FILA DO AUXÍLIO MORADIA
E REAJUSTANDO O VALOR DO BENEFÍCIO
ENQUANTO NÃO HOUVER SOLUÇÃO DEFINITIVA!
8. Promoção de uma política de melhoria e ampliação de habitações de interesse social nas ZEIS e áreas populares;
9. Política de acompanhamento pós ocupação dos habitacionais;
10. Implantar um programa de Assessoria Técnica para Habitação de Interesse Social (ATHIS);
11. MORADIA popular NO CENTRO
REVITALIZANDO IMÓVEIS VAGOS E SUBUTILIZADOS NESSA ÁREA


PLANEJAMENTO URBANO E GESTÃO DEMOCRÁTICA
12.
2020
2030
REDISCUTIR O PLANO DIRETOR COM O POVO!
ELE DIZ O QUE VAI SER DO RECIFE NOS PRÓXIMOS DEZ ANOS!
QUE SE RESPEITE A POPULAÇÃO
E O QUE DISSE O MINISTÉRIO PÚBLICO!
13. Implementar legislação urbana que respeite a cidade e combata a especulação imobiliária;
14. Valorização do patrimônio histórico, sem flexibilização de parâmetros protetivos;
15. CIDADE SEGURA PARA AS MULHERES!
A RUA É PÚBLICA, NOSSO CORPO NÃO!
16. Realizar a Extinção do Conselho de Desenvolvimento Urbano (CDU), incorporando suas atribuições ao Conselho da Cidade (CONCIDADE), restaurando a configuração por segmentos seguindo o formato nacional e estadual;
17. Fortalecer os espaços de planejamento submetendo-os ao debate do CONCIDADE e Plano de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social (PREZEIS);

18. Criar um novo arranjo institucional da Prefeitura, com Secretarias que dialoguem, órgãos como URB e Pelópidas produzindo estudos e pesquisas, submetidas ao PREZEIS e CONCIDADE;
19. VALORIZAR E REVITALIZAR OS LUGARES DA HISTÓRIA NEGRA NA CIDADE!
20. Combate ao clientelismo no acesso a vagas nas escolas e postos de saúde;
21. Fortalecer programa de saúde da família, com foco na prevenção;
22. Política de segurança alimentar/agricultura urbana e incentivo a descentralização das feiras orgânicas nas periferias;
23. Programa de revitalização dos mercados públicos;
24. Promoção de Políticas sociais de geração de renda, empregos, assistência social;
25.
ESPAÇOS DE PARTICIPAÇÃO PERMANENTES!
A GENTE QUER DISCUTIR A CIDADE
A PARTIR DOS TERRITÓRIOS E COMUNIDADES!

MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO

26. Anulação das propostas no processo de revisão do Plano Diretor que flexibilizaram os parâmetros ambientais, permitindo construções de projetos imobiliários;

28. Fiscalização para combater a destruição nas matas como em Passarinho, garantindo moradia popular e ocupação, quando esta se der de forma sustentável;

29. Fortalecimento da política de Educação ambiental;

Investimento na implantação de infraestrutura (a cidade é dividida em dois sistemas PPP e PCR); equidade e acompanhamento nas áreas pobres;

32. Intensificar a fiscalização de abertura de poço artesiano;

34. Implementação da Política de revitalização dos rios;

35. Revisão das taxas de Iluminação pública para as famílias de baixa renda;

MOBILIDADE E TRANSPORTE

36. Mobilidade focada na vida e não no lucro e na concentração de poder nas empresas;

37. Realizar debate e levantamentos que possibilitem a implantação da Tarifa zero!

38. Monitoramento de estacionamento na rua;

40. Implementação do plano cicloviário;

41. Organização das calçadas;

42. Racionalização das integrações, combatendo o sistema de pagamento de duas passagens;

Esta publicação presta a devida homenagem a um dos personagens políticos que mais pautou a necessidade de reinventar o Recife na última década: Leonardo Cisneiros (1976-2021). Professor da UFRPE, Leonardo deu importante contribuição para luta urbana como integrante do Grupo Direitos Urbanos Recife e da Articulação Recife de Luta. Difícil pensar as resistências pelo Cais José Estelita, por moradia popular no centro, pela gestão democrática da cidade sem ele. Suas utopias de socialização da cidade serão sempre lembradas e vividas nas nossas resistências. **#LeonardoCisneirosPresente**

Parece muita ousadia falar em reinvenção das cidades, algo despropositado em um contexto de tantas perdas, de tanta dor, de pandemia e pandemônio. Mas não foi justamente a isso que fomos todas(os) nós convocadas(os)? Sobreviver à pandemia na capital mais desigual do país exigiu muita imaginação política e resistência. Da devastação dos empregos perdidos, dos desafios do isolamento social, da falta d'água na torneira até pegar o busão lotado. Tudo exigiu de nós que não naturalizássemos a catástrofe, que encontrássemos meios de enfrentar coletivamente uma questão que era e continua sendo de saúde pública e de tantos outros direitos sociais ameaçados ou não garantidos.